



HISTÓRIA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

AMAPÁ



FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

João Mangabeira

Presidente Nacional do PSB - 1947 a 1964

Teve sua atuação política marcada pela defesa do socialismo. Foi constituinte em 1934 e lutou contra a ditadura do Estado Novo. Integrou a Esquerda Democrática (ED), grupo que em 1947 torna-se o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Neste ano, Mangabeira é eleito deputado federal. Nas eleições presidenciais de 1950 - vencidas por Getúlio Vargas - encabeça a chapa socialista. Morre no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1964, menos de um mês após o golpe militar que derrubou João Goulart.



HISTÓRIA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

AMAPÁ

Fundação João Mangabeira



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Renato Casagrande

Diretor Financeiro

Renato Thiebaut

Diretora de Cursos

Leany Lemos

Diretor de Estudos e Pesquisas

Milton Coelho

Diretor de Organização

Alexandre Navarro

CONSELHO CURADOR

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Domingos Leonelli

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Renato Casagrande

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Suplentes

Felipe Martins

Henrique Antão

Israel Rocha

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Carlos Magno Amaral

Ana Lúcia Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

Suplentes

Paulo Sérgio Bomfim

Alessandro Stefanutto

EQUIPE DA FJM

Gerente Executiva

Márcia H. G. Rollemberg

Coordenação da Escola Miguel Arraes

Adriano Sandri

Assessoria de Comunicação

Handerson Siqueira

Luciana Capiberibe

Assessoria

Bruna Lacerda

Fernanda Regis Cavicchioli

Valesia Perozini

Assistentes

Elsa Medeiros

Filipe Gomes Franca

Auxiliares

Daniela Ferreira dos Santos

Edson Martins dos Santos

Sebastião Antônio Correia

Sérgio Vargas

Elaboração, Distribuição e Informações

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 casa 2

CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279

www.fjmangabeira.org.br

www.tvjoaomangabeira.org.br

facebook.com/fjoaomangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão:

TC Gráfica e Editora

Esta publicação foi impressa em

Capa: papel Supremo 250g 4/4 cores

Miolo: 56 páginas

papel Couché fosco 115g 4/4 cores

Tamanho: 21 x 28 (fechado)

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Renato Casagrande

Coordenação Editorial

Márcia H. G. Rollemberg

Assessoria de Comunicação

Handerson Siqueira

Luciana Capiberibe

Coordenação do Edital de Pesquisa

Adriano Sandri

Organização, Pesquisa e Texto

Augusto Oliveira

Equipe de Pesquisa e Texto

Benedito de Queiroz Alcântara

Nayara Cavalcante

Márcia Borralho

Revisão de conteúdo

Margarida Vieira

Revisão de texto

Fernanda Regis Cavicchioli

Projeto Gráfico

Comunica.com

Edição e Revisão de texto

Caê Guimarães

Diagramação

Maurício Barbosa e Castro

Foto de Capa:

Banco de imagens

Fortaleza de São José de Macapá

Completamente restaurada no governo

socialista de João Capiberibe (1995-2002)

Fotos:

Acervo família Capiberibe

Banco de imagens

Página 32: Zoneamento Ecológico e

Econômico

www.fjmangabeira.org.br/historia-PSB-AP

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673h

História do Partido Socialista Brasileiro no Amapá / Organização e pesquisa Augusto Oliveira; pesquisa Benedito de Queiroz Alcântara, Nayara Cavalcante, Márcia Borralho. – Brasília: Fundação João Mangabeira, 2018 (Coleção História do Partido Socialista Brasileiro; v.1).

56 p. il. ; color. 21 x 28 cm

ISBN 978-85-60441-44-0

ISBN (coleção) 978-85-60441-41-9

1. Política - Brasil. 2. Partidos políticos - Brasil. I. Oliveira, Augusto. II. Alcântara, Benedito de Queiroz. III. Cavalcante, Nayara. IV. Borralho, Márcia. V. Partido Socialista Brasileiro – PSB. VI. Série

CDD 324.3
CDU 328.124(81)



HISTÓRIA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

AMAPÁ

Organização, Pesquisa e Texto
Augusto Oliveira

Equipe de Pesquisa e Texto
Benedito de Queiroz Alcântara
Nayara Cavalcante
Márcia Borralho



AMAPÁ

SUMÁRIO

Apresentação

História do PSB	09
O sentido da documentação para um partido político	11
Socialismo - uma forma de humanismo	13
Centro da Memória Socialista	15

Capítulo 1

PSB e Amapá: O nascimento de um partido político e de um Estado	17
Território Federal do Amapá	17
O governo de Annibal Barcellos	17
Abertura política e anistia	19
O exílio dos capiberibes	19
Propaganda anticomunista na ditadura	23

Capítulo 2

Das gestões e políticas públicas: Gestão, mandatos e políticas públicas do PSB	28
Programa de desenvolvimento sustentável do Amapá	28
Saberes acadêmicos e tradicionais	33
Final dos anos 90 – sentimento de identidade do amapaense	36

Capítulo 3

Movimentos sociais marcas do PSB nas políticas públicas:	
Inclusão das minorias – redução das desigualdades	45
Negritude Socialista Brasileira	45
Governo para todos	47
Formação dos militantes políticos e sociais	48
Pensando o desenvolvimento do amapá	48
Construindo a cidadania	49
Respeito e valorização dos saberes e culturas locais	49
Juventude Socialista Brasileira	50
Mulheres Socialistas	51
Movimento LGBT	52

Textos de Apoio	55
------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A pesquisa, a redação e o debate da história do Partido Socialista Brasileiro acompanham sua caminhada, seus percalços, a construção de sua identidade, ideias, programa, estratégias e táticas. Um partido político como o PSB não é tão somente uma sigla para permitir que pessoas possam se candidatar aos diversos cargos do Legislativo e do Executivo no nosso país. Ele quer expressar os desejos, projetos e ações de parcela da sociedade que os comunga. Ao ler esta história e discuti-la, os militantes e simpatizantes descobrem acertos e erros em conjunturas diversas e podem planejar melhor suas ações futuras. Com este objetivo, a Fundação João Mangabeira apoiou pesquisas de experiências regionais, como a do Amapá, na História do PSB.

O texto que temos em mãos nos fornece, com muita competência, o relato dos embates e contribuições do PSB do Amapá para a melhoria da vida de seu povo, de nosso país e da humanidade. É fruto de um trabalho de pesquisa e redação de Augusto Oliveira, Benedito de Queiroz Alcântara, Nayara Cavalcante, Márcia Borralho, Camila Luciana Capiberibe e muitos outros colaboradores.

O PSB foi organizado no Amapá em 1986, quando ainda era um território, ocupou e ocupa um papel de destaque no Estado do Amapá, tanto no Executivo, quanto no Legislativo. Para todos nós brasileiros a história dos militantes e dirigentes socialistas amapaenses é a comprovação de que é possível combinar as ideias e ações com coerência, competência e ética.

A formação política foi e continua sendo atividade im-

portante do partido no Amapá e é um dos elementos que explica a identidade socialista de seus militantes.

Encontramos aqui políticas que garantem, ao mesmo tempo, a melhoria de condições de vida da população e a preservação ecológica de uma das áreas mais ricas da floresta amazônica. Um grande respeito pelos saberes produzidos por todos: indígenas, pescadores, parteiras, produtores das mais diversas ciências e artes é uma das marcas desta história. A cidadania vai sendo construída na escola, nos movimentos dos professores, das mulheres, jovens, negritude e LGBT socialista. Quando examinamos as diversas políticas adotadas, encontramos grande criatividade na solução de problemas locais. As escolas rurais, por exemplo, são adaptadas ao trabalho e ao clima. Novas tecnologias são utilizadas para garantir a transparência nos gastos públicos e a comunicação entre os cidadãos.

Que cada um dos leitores, ao ver o bom exemplo dos socialistas, que fazem da política a realização de uma vida feliz para todos, desenvolva um espírito crítico aos que fazem da política “um negócio”. Discutir, divulgar e ampliar esta bela história torna-se um compromisso para todos nós.

Esta coleção, iniciada pelo Estado do Amapá, contará a história do Partido Socialista Brasileiro nos estados. São histórias de luta e sonho. De construções de políticas públicas que privilegiam o ser humano em todas as suas singularidades e aspirações. Boa leitura. Que este exemplo reverbere.



HISTÓRIA DO PSB NACIONAL

71 ANOS APÓS A SUA FUNDAÇÃO, O PSB É UM PARTIDO POLÍTICO NACIONAL QUE SEGUE OS PRECEITOS DAS MULHERES E HOMENS QUE OUSARAM SONHAR COM UM PAÍS JUSTO, PRÓSPERO E MAIS FELIZ

Democracia: esta é a palavra fundamental que fez nascer o Partido Socialista Brasileiro – PSB – na década de 1940. O Estado Novo, versão brasileira da fase histórica dos regimes ditatoriais da Alemanha, União Soviética, Itália e Japão, que redundaram na segunda guerra mundial, deu origem no Brasil entre os anos 1943 e 1944 a uma série de pequenas organizações de esquerda que fundaram, em agosto de 1945, a Esquerda Democrática. Dois anos mais tarde, em 1947 a Esquerda Democrática funda o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB).

A concepção ideológica de que o socialismo só pode ser efetivo se tiver como alicerce a construção firme e radical da democracia em todas as suas dimensões – políticas, econômicas, sociais, culturais – é o desafio que caracteriza o PSB em toda sua trajetória histórica. Trata-se de uma agremiação política com fortes alicerces no humanismo, em detrimento às leis do mercado preconizadas pelo liberalismo.

Ao longo da história, foram incontáveis as crises internas do PSB, tanto no nível nacional, como nas instâncias estaduais e municipais, pois ser democrático é um desafio permanente, sobretudo quando se lida com o poder, não apenas na organização do Estado, mas também na própria estrutura partidária. E em todas elas prevaleceu a premissa do diálogo, da pluralidade de ideias prevalecendo sobre decisões verticalizadas ou unidirecionais.

Destaca-se na história do PSB a luta pela democracia no Brasil em muitas ocasiões. Em 1947, o partido se fez fortemente presente na oposição à cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na década de 1950, liderou as lutas pela reforma agrária ao lado das Ligas Camponesas, participou da célebre campanha “O Petróleo é nosso”, das

greves dos metalúrgicos em São Paulo, das lutas da UNE, e se destacou em administrações municipais, como na cidade de Recife. Na década de 1960, defendeu a posse de João Goulart e participou do seu governo, com João Mangabeira nos ministérios de Minas e Energia e da Justiça, Hermes Lima como primeiro Ministro e Evandro Lins e Silva como Procurador Geral da República. No golpe militar, o PSB foi cassado e passou quase duas décadas inativo. Seus membros foram perseguidos, presos, exilados. Mas a ideia que os socialistas carregavam em suas intenções e gestos não desapareceu.

Após sua reorganização e a volta à legalidade, em 1985, o PSB assumiu de forma ainda mais intensa a luta no poder Legislativo e a disputa para os cargos nos poderes Executivos em nível municipal, estadual e nacional, alcançando um lugar importante no espaço político nacional. Elegeu prefeitos em quase 10% de municípios, inclusive em muitas capitais de Estado; alcançou bancadas de deputados federais acima de 6%, chegou a eleger até 6 governadores de Estado na mesma legislatura e disputou a Presidência da República por duas vezes. Além disso, se estruturou em todos os Estados e se organizou nos segmentos sociais mais atuantes: mulheres, jovens, sindicalismo, negritude, comunidades indígenas, LGBTQ+ e movimentos populares.

Nos dias de hoje, o PSB é realmente um partido nacional, que coloca na pauta da disputa política o Socialismo e a Democracia. E 71 anos após a sua fundação, segue os preceitos daqueles valentes homens e mulheres que ousaram sonhar com um país mais justo e igualitário, mais próspero e feliz. Seu lema, Socialismo e Liberdade, segue como um farol a iluminar a navegação daqueles que acreditam que é possível construir um Brasil grande.

CARLOS SIQUEIRA

O SENTIDO DA DOCUMENTAÇÃO PARA UM PARTIDO POLÍTICO



Presidente Nacional do PSB

OS PARTIDOS POLÍTICOS ESTÃO, SEGURAMENTE, ENTRE AS INSTITUIÇÕES QUE PRECISAM MANTER COERÊNCIA HISTÓRICA, PORQUE DEVEM ARTICULAR PROGRAMA E MANIFESTO; MISSÕES, OBJETIVOS E DIRETRIZES À SUA PRÁXIS, AO SEU FAZER CONCRETO, OBJETIVO, EM BENEFÍCIO DAQUELES QUE REPRESENTAM

Esses resultados e a coerência almejada desde sempre não são obtidos facilmente, contudo, porque a ação política se desenrola em um palco em que estão presentes, também – se não principalmente – os conflitos, as disputas, que mantêm futuros prováveis em uma espécie de suspensão, até que cada momento se resolva por completo, como história.

Essa indeterminação do futuro, para cada presente do embate político, exige que as instituições partidárias documentem seus debates internos, conflitos, decisões; as distintas posições, que resultarão em ações que, como regra, não ocorrem em função de consensos, mas da formação de maiorias, mais ou menos estáveis.

A documentação para as instituições partidárias precisa ser compreendida, portanto, não apenas como uma ação comunicativa; na qualidade de “propaganda partidária”, mas como um dever político, por meio do qual se preservam, na medida do possível, as rotas tomadas, até que se chegasse às deliberações, às decisões quando o futuro ainda não era totalmente discernível. Trata-se, nesse sentido, de um gesto generoso de cada geração, em favor daquelas que se seguirão.

Como agente político, sempre me ocupei dessa missão, utilizando para tanto diferentes suportes, como publicações da Fundação João Mangabeira, ao longo de todo o período que estive à sua frente; produção videográfica, com objetivos muito claros, como o de debater e esclarecer as definições programáticas do PSB, na qualidade de força política que se pauta pelo socialismo democrático.

No Partido, a missão da documentação é diferente daquela realizada pela Fundação; é mais objetiva e prática, mas não menos importante. Por isso, nossas resoluções internas, deliberações do Diretório Nacional, da Comissão Executiva; Congressos Nacionais etc., estão devidamente registradas e disponíveis para a pesquisa; para as avaliações que a história faz continuamente.

Durante o período à frente da direção nacional do PSB, demos mais um passo, com o objetivo de registrar todo o racional político do Partido; os pensamentos que nos levaram a tomar decisões, as razões de fazê-lo, os agentes em cada momento. Esse esforço de documentação está contido no relatório anual da Comissão Executiva Nacional, publicado com o título *Práxis*, que do ponto de vista editorial, deve ser pensado juntamente com as temáticas desenvolvidas na *Revista Política*,

editada pela Fundação João Mangabeira (da qual tive o prazer de organizar e fazer publicar, a primeira edição).

É dentro desse espírito, portanto, que saúdo a iniciativa da Fundação João Mangabeira, no sentido de promover, inicialmente, a pesquisa da história do PSB, em todos os Estados da Federação brasileira, produzindo-se em um segundo passo, a devida publicação de cada experiência.

Partidos orgânicos, ideológicos, programáticos como o PSB

têm uma história que precisa ser narrada e, no nosso caso, ela não estaria completa, se não resgatássemos a riqueza de nossas experiências no âmbito estadual.

Parabenizo, portanto, a todos os que se engajaram nesse trabalho, a um só tempo complexo e fundamental para o Partido Socialista Brasileiro. Com essa iniciativa se escreve mais um capítulo da história partidária no Brasil e, acredito, ele será de grande valia para as próximas gerações de socialistas e de brasileiros.

RENATO CASAGRANDE

SOCIALISMO – UMA FORMA DE HUMANISMO



Presidente da
Fundação João Mangabeira

DENTRE TODAS AS DOCTRINAS POLÍTICAS CRIADAS PELO ENGENHO HUMANO, PODEMOS DIZER, SEM RECEIO DE ERRAR, QUE O SOCIALISMO É A QUE MAIS SE APROXIMA DO HUMANISMO

E ainda que esta palavra tenha sido usada pela primeira vez no começo do século XIX, no jornal francês *Le Semeur* (O Semeador), as origens do socialismo remontam quatro séculos antes de Cristo, com as doutrinas e ensinamentos de Platão, passando pelo Renascimento e desaguando no período de grandes revoluções e surgimento de correntes políticas que ainda regem a civilização, nos séculos XIX e XX.

Entenda-se por socialismo o amálgama de ideias, conhecimentos, doutrinas, práticas e comportamentos que organizam a sociedade em termos coletivistas, com distribuição equânime de benesses e conquistas, mas também de comprometimentos e responsabilidades dos quais a humanidade lança mão para operar a evolução através dos tempos. Pois a principal finalidade do socialismo, sua fonte primeva e ao mesmo tempo vértice para onde convergem todos os seus esforços é dar fim às privações, ao sofrimento e à injustiça que acometem pessoas no mundo inteiro.

No Brasil, os anos que sucederam a II Guerra Mundial viram o socialismo cravar raízes em solo nem sempre fecundo. Mas, como um mandacaru resistente às condições mais severas, as mulheres e os homens que nos legaram essa história seguiram em frente. Em 1946, na primeira Convenção Nacional da Esquerda Democrática - associação que um ano depois assumiria o nome Partido Socialista Brasileiro - assumiu-se o dístico "Socialismo e Liberdade".

E uma bandeira de lutas que se opôs ao integralismo de aspiração fascista, ao Estado Novo, e posteriormente à Ditadura Militar.

Houve fluxos e refluxos, avanços e recuos consoantes às marés dos movimentos da história brasileira na segunda metade do século XX. No entanto, quer seja nos momentos de júbilo, como a participação de brilhantes intelectuais que colaboram sobremaneira para a formação da consciência crítica brasileira, ou nos momentos de retração, como os anos de clandestinidade imposta pela brutalidade do regime totalitário, algumas certezas inabaláveis moveram o motor do Partido Socialista Brasileiro. Abrigar pontos de vista distintos que converjam para o bem comum, primando pelo diálogo, a cooperação e a participação popular. Lutar contra todo tipo de discriminação, tirania e exploração. Ser a casa da representatividade, da diversidade e da consciência crítica. Respeitar e preservar todos os matizes dos saberes populares. Promover o uso do conhecimento e da tecnologia como fator de desenvolvimento, com uso racional e sustentável dos recursos naturais. E universalizar o conhecimento, permitindo o acesso democrático a todos os brasileiros.

O Partido Socialista Brasileiro sabe que os esforços enviados para honrar tais compromissos são incessantes. E que eles se tornam ainda mais indispensáveis em tempos

de instabilidade política, como o que atravessamos agora. Por isso, sua bandeira e suas causas possuem, hoje, ainda mais urgência e relevância. E encontram em cada unidade federativa valorosos quadros oriundos das mais distintas origens, com igualmente distintas formação e história de vida. Mulheres, homens, negros, índios, LGBTQTS, intelectuais, operários, comerciários, idosos, jovens. Um mosaico onde o brilho individual colabora para a construção de novos capítulos da história.

E conhecer a história é ter bússola e combustível para mudar o mundo. O material que chega agora em suas mãos é exatamente isso. Direção e sentido para as navegações do presente e do futuro. Temos muito a aprender com A História do PSB nos Estados. A ela somamos, no agora, as nossas histórias e lutas. Um dia elas serão contadas por nossos filhos e netos como o exemplo mais justo e correto a ser seguido.

CENTRO DA MEMÓRIA SOCIALISTA

AO ORGANIZAR A HISTÓRIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, A FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA AJUDA A PRESERVAR PARTE DA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA, POR INTERMÉDIO DO RESGATE, RECUPERAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DAS INSTÂNCIAS E PERSONALIDADES QUE CONSTRUÍRAM O PSB AO LONGO DA HISTÓRIA

O Centro da Memória Socialista da Fundação João Mangabeira (FJM), instituição do Partido Socialista Brasileiro (PSB), configura-se em um moderno banco de dados, sempre em constante construção e atualização, com documentos da história do Partido, desde a criação da Esquerda Democrática, em 1945, de onde emergiu ao fim da luta contra o Estado Novo, até os dias atuais.

Em seu acervo documental, os arquivos estão permanentemente abertos à consulta pública e disponíveis por meio virtual, compostos por vídeos, áudios, fotografias, textos e publicações do Partido e da Fundação, entre outros documentos que contam a trajetória política e ideológica do PSB, como os anais dos Congressos, os atos políticos, as reuniões e ainda as atividades da FJM como oficinas, debates, seminários nacionais, internacionais e de formação política. Toda essa documentação, constitui o acervo do Centro da Memória.

Ao buscar organizar a história do Partido Socialista Brasileiro, a Fundação João Mangabeira está também ajudando a preservar parte da história política brasileira, por intermédio do resgate, recuperação e armazenamento de documentos das instâncias e pessoas que construíram o PSB ao longo da

história, e o trouxeram até o local de destaque no cenário nacional que hoje ocupa: suas personalidades, seus líderes, seus movimentos sociais organizados, sua militância e a sua participação nas questões nacionais. Além do resgate documental, a Fundação também é responsável pela produção de conhecimento, como é o caso da coleção História do Partido Socialista Brasileiro nos Estados, agora em suas mãos.

Os livros desta coleção trazem à tona o processo de construção do partido nos Estados e no Distrito Federal. E rememora as ações e os personagens sem os quais essa história não teria sido construída, com suas lutas, derrotas, sucessos, sonhos e aspirações. Fundado em 1947, por João Mangabeira, já sob a égide do Socialismo Democrático, o Partido Socialista Brasileiro tem sua vida dividida em duas fases distintas. A primeira vai de sua fundação até o golpe de 1964, quando é dissolvido pela ditadura militar. A segunda começa na sua refundação, em 1985, e chega até os dias atuais. Com esta coleção, a Fundação João Mangabeira deixa um legado às gerações atuais e às futuras. Conhecer essa história é um vetor imprescindível para a missão de cada socialista brasileiro nas próximas décadas.



CAPÍTULO 1

PSB E AMAPÁ

O NASCIMENTO DE UM PARTIDO POLÍTICO E DE UM ESTADO

A FUNDAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) NO AMAPÁ, EM 1986, TEVE CERTA INFLUÊNCIA DO QUE VINHA ACONTECENDO NOS CENTROS DE PODER POLÍTICO DO BRASIL. UM DOS FUNDADORES FOI ARMINDO OLIVEIRA SOUSA, FILIAÇÃO NÚMERO 01 DO PARTIDO, QUE ESTUDARA NO RIO DE JANEIRO E RETORNAVA À MACAPÁ NO ANO DE 1975. COM ELE, VINHAM AS INFLUÊNCIAS QUE SOFRERA EM SEU TEMPO DE ESTUDANTE, O QUE NA SUA PRÓPRIA DEFINIÇÃO, ERAM NOVAS IDEOLOGIAS OBTIDAS NA AGITAÇÃO POLÍTICA DO SUDESTE BRASILEIRO. O AMAPÁ ERA AINDA UM TERRITÓRIO FEDERAL E OS GOVERNADORES ERAM INDICADOS PELO GOVERNO FEDERAL

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

O governo militar no Território Federal do Amapá (TFA), nesse período, tinha à frente Artur de Azevedo Henning (1974-79), sendo seu sucessor Annibal Barcellos, que exerceu o cargo, também na Ditadura Militar, até 1985. Ambos nascidos no estado do Rio de Janeiro e oficiais da Marinha, foram governadores de sustentação do período de exceção política no país, conhecido como “Anos de Chumbo”.

O GOVERNO DE ANNIBAL BARCELLOS

Não havia liberdade de expressão. Nem mesmo os professores, que se configuravam como um segmento com mais estudos formais, podiam usar de ideias divergentes ao status quo. A Secretaria de Educação do

Território advertia com ameaças ou usava da prática de transferir os descontentes para localidades mais distantes como castigo.

Entre as organizações do movimento social daquele período, existia a Associação dos Professores do Amapá (APA), que pautava suas lutas contra desmandos e arbitrariedades do governo da ditadura. Organizava movimentos contra a política local e realizava paralisações grevistas e passeatas. Outros, segundo o professor Armindo Oliveira Sousa, juntavam-se nessa caminhada de lutas como o professor de história Fernando Medeiros e a Professora Zaide Soledade.

Era um período marcado pela perseguição e vigília política. Ou se era filiado ao partido do governo ou sofreria as agruras e a má sorte do poder local. O Partido Democrático Social (PDS) estava no poder. Foi criado em 1980 - oriundo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA 1964-1979) - e depois transformado em Partido da Frente Liberal (PFL 1985-2007).



Professora Zaide Soledade – militância política desde a década de 70 na Associação dos Professores do Amapá (APA), histórico de lutas contra desmandos e arbitrariedades do governo na ditadura e embrião do socialismo local

A Secretaria de Educação da época cumpria à risca o manual da Ditadura Militar. Seus gestores adotavam a linha de procurar “engessar politicamente” os professores e professoras em sala de aula.

O mesmo ocorria nas primeiras turmas do Núcleo de Educação de Macapá (NEM) - uma extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA). O professor Armindo lembra que, em 1979, ao ministrar aulas para aquelas turmas, era chamado a atenção para não levar ideias sociológicas e filosóficas aos acadêmicos.

Os que se mostravam contrários aos desmandos foram se somando. Professores e professoras com posturas críticas resolveram fundar um partido dentro dos ideais filosóficos identificados com o socialismo. Escolheram o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Após manterem contato com a comissão que organizava o

PSB, obtiveram as informações iniciais. Iniciaram-se as primeiras discussões e a tarefa de arregimentação de pessoas interessadas, o que na época, pelas circunstâncias políticas nacionais e, principalmente, locais, era algo difícil de se fazer. A adesão inicial se mostrava pequena, o medo parecia maior.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO NO AMAPÁ FOI FUNDADO POR PROFESSORAS E PROFESSORES QUE SE MOSTRAVAM CONTRÁRIOS AOS DESMANDOS DOS INTERVENTORES QUE GOVERNARAM O TERRITÓRIO – DEPOIS TORNADO ESTADO - DURANTE A DITADURA MILITAR

A primeira medida oficial foi a constituição de uma Comissão Provisória para a efetivação legal do PSB junto ao Cartório Eleitoral.

Durante o processo cartorial, vale ressaltar que lideranças políticas progressistas como Raquel Capiberibe da Silva, Janete Maria Góes Capiberibe e João Alberto Rodrigues Capiberibe ainda se encontravam filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - oriundo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda legalizada de oposição durante o Regime Militar.

Raquel Capiberibe havia sido eleita vice-prefeita na chapa do PMDB, cujo prefeito era Raimundo Azevedo Costa. A eleição ocorreu em 1986, sendo a chapa eleita com uma votação expressiva.

Não tardou para que conflitos nas relações de poder e de espaço político passassem a existir entre Raquel Capiberibe e Azevedo Costa. O rompimento de Raquel com o PMDB e a renúncia ao cargo de vice-prefeita ocorre no final de janeiro de 1987.

Esse momento coincide com o início da abertura política pós-ditadura militar de 1964.

O EXÍLIO DOS CAPIBERIBES

João Alberto Rodrigues Capiberibe, popularmente conhecido como Capi, começou sua história política no movimento estudantil, numa ocasião considerada por ele engraçada, por ter disputado em 1963, com 16 anos, uma eleição para a presidência do Grêmio da Escola Normal de Macapá, o Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA). Foi uma situação inusitada, segundo ele, concorrer com uma chapa formada por homens naquela escola que possuía 90% de mulheres. Ressalta que sua primeira disputa eleitoral levou uma lavagem de votos.

Veio a repressão de 1964 e a perseguição contra as organizações políticas democráticas e de esquerda (movimento estudantil, sindicatos, partidos políticos, entre outros). Como toda atividade militante era violentamente proibida, em 1966, viajou para Belo Horizonte - MG, e lá passou a ter contato com variados ativistas políticos, envolvendo-se nas grandes manifestações populares e estudantis contra o regime militar, que ocorreram naquela cidade.

Em Belém - PA, passa a morar em 1968, onde participou do movimento estudantil do curso de economia. Viajou em outubro desse ano para participar do Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) de Ibiúna, no Estado de São Paulo. Foi um congresso clandestino e que terminou com a prisão pela polícia política da Ditadura Militar de mais de 700 estudantes e das principais lideranças estudantis do movimento nacional.

João Alberto Capiberibe recorda que, ao chegar a São José dos Campos - SP, teve conhecimento do que havia acontecido com aquele encontro, o cerco policial aos estudantes. Retornou, mas como era difícil a comunicação naquela época, não conseguiu avisar que não havia sido preso. Entretanto, outros dirigentes do Diretório de Economia começaram uma campanha que pedia a sua soltura, o que acabou denunciando suas atividades políticas no movimento estudantil. Esse fato o impediu de continuar os estudos no curso de Economia. Entrou na clandestinidade e foi recrutado, em 1969, pela Ação de Libertação Nacional (ALN), organização fundada em 1967 sob a liderança de Carlos Mariguella.

Após sua prisão em 1970, em Belém-PA, juntamente com sua companheira, Janete Maria Góes Capiberibe com sua filha Artionka Manuela Góes Capiberibe, ainda bebê, conseguiram escapar e viveram no exílio entre 1970 e 1979, passando pelo Chile, Canadá e Moçambique. Nesse período, nasceram no Chile os gêmeos Carlos Camilo Góes Capiberibe e Camila Luciana Capiberibe.

Com a Lei da Anistia promulgada pelo presidente João Figueiredo, em agosto de 1979, após a enorme mobilização e pressão política contra o Governo Militar, muitos brasileiros retornam do exílio. A família retorna ao Território Federal do Amapá (TFA) nesse mesmo ano, mas os dias eram difíceis e a perseguição política ainda intensa. Saíram novamente do Amapá, retornando somente em 1985, ano em que João Alberto Capiberibe assume a Secretaria de Agricultura no governo de Nova da Costa, do PMDB.

O casal Capiberibe morava em Maputo, capital de Moçambique, quando recebeu a visita de Miguel Arraes. Arraes havia sido governador de Pernambuco e ao reagir contra o Golpe Militar, foi preso na Ilha de Fernando de Noronha, e depois exilado por 15 anos na Argélia. Durante um jantar, a conversa tratou da conjuntura política no Brasil e da discussão sobre a Anistia. A volta dos exilados ao Brasil e o quadro de organizações partidárias em andamento apresentavam três alternativas, segundo Arraes: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Brizola ou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A priori, a escolha recaía sobre o PMDB, que abrigaria variados matizes políticos no campo democrático, o que fortaleceria o movimento de redemocratização do país.

Influenciado pelas análises de Miguel Arraes, uma referência na esquerda brasileira, João Alberto Capiberibe escreveu uma carta, em 1979, ao presidente do PMDB no Amapá, Binga Uchoa, falando de seu interesse de filiação. Filia-se ao partido, mas passa a morar por dois anos em Pernambuco. Em 1985, a Ditadura Militar cai. Tancredo Neves era eleito presidente do Brasil no Colégio Eleitoral (eleições indiretas), mas não assume. Com a morte de Tancredo, assume seu vice, José Sarney, que compõe uma aliança entre o PMDB e o PFL. O Território Federal do Amapá também passa a ser governado por essa aliança



Raquel Capiberibe: eleita em 1986 para a Assembleia Constituinte, rompe com a legenda e integra o processo de consolidação do PSB no Amapá

política. A família Capiberibe, que nesse período se encontrava morando no Acre, retorna a Macapá, e João Alberto Capiberibe assume a Secretaria de Agricultura do Território de 1985 a 1987. Entretanto, o governo federal se mostrava frágil, afinal Sarney representava a herança da Ditadura Militar. As divergências se acirraram e a permanência dos Capiberibes no PMDB dura até o ano de 1987.

Raquel Capiberibe, que havia sido eleita pelo PMDB em 1986 à Assembleia Nacional Constituinte, também rompe com a legenda. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Janete Maria Góes Capiberibe e Raquel Capiberibe da Silva passam a integrar o processo de consolidação da nova legenda partidária no Território Federal do Amapá, o PSB.

A comissão provisória contava com poucas pessoas, maioria de professores. A partir daí, João Alberto Capiberibe lembra que realizava cursos de formação política, muitas vezes em sua própria residência. A ideia era formar a base militante do PSB e recrutar novos filiados.

Apesar de bastante nova, a legenda do PSB no Amapá, juntamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Par-

tido Democrático Trabalhista (PDT), assumia seu primeiro mandato executivo com João Alberto Capiberibe, prefeito da capital, em 1988.

Alguns meses da legalização do PSB no TFA os Capiberibes entram em contato com os membros da comissão provisória do partido. Iniciaram várias conversas sobre o processo eleitoral que se avizinhava. A comissão provisória não possuía convicção de poder participar das eleições de 1988. Não havia nomes colocados a possíveis candidatos do partido. Sabiam, porém, que havia a necessidade de contrapor o estado de coisas da política local, desmandos, descompromissos, irregularidades, com um ideário diferenciado, que pudesse apresentar novas ideias de política e sociedade.

Após entendimentos políticos de propósitos comuns, Raquel, Janete e João Alberto Capiberibe entram formalmente no PSB, e, juntamente com eles, outros militantes remanescentes do PMDB, insatisfeitos com os rumos tomados pela gestão política da Prefeitura de Macapá.

A luta era desigual. A política seguia sob as práticas Barcelistas. O governo do território estava sob o comando de

Annibal Barcellos, que, com práticas autocráticas consubstanciadas no período da Ditadura Militar no Brasil pós 1964, exercia um poder político e de propaganda contundentes.

A escolha da candidatura recaiu sobre João Alberto Capi-beribe. O PSB inaugurava sua participação nas disputas eleitorais do TFA.

As condições dessa disputa não eram nem um pouco favoráveis. Na verdade, parecia algo improvável. Um partido sem recursos estruturais e sem história e um candidato (e sua equipe) sem experiências de pleitos eleitorais.

APESAR DE BASTANTE NOVA, A LEGENDA DO PSB NO AMAPÁ, JUNTAMENTE COM O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E O PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), ASSUMIA SEU PRIMEIRO MANDATO EXECUTIVO COM JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE, PREFEITO DA CAPITAL, EM 1988

A estratégia passou a ser alicerçada na ideia de que se não havia força de arranque, então era preciso arrancar bem antes. Um ano e meio antes das eleições de 1988, utilizou-se da estratégia política que se chama de campanha corpo a corpo.

As reuniões foram traçadas pelos bairros da cidade. Na véspera e no dia, alguns militantes visitavam as casas pelas imediações de onde ocorreria um comício das candidaturas do PSB. Algumas quadras mais próximas eram escolhidas e eram realizadas pequenas reuniões políticas. Também o contato com lideranças diversas das comunidades próximas era um elemento decisivo de convencimento e estímulo à participação nesses eventos. Um fato notado, naquela oportunidade, era a fragilidade de um discurso mais convergente entre os militantes, dado pela circunstância de ser um partido recém-criado.

As reuniões pequenas chegaram a duas ou três por noite. Eram cansativas, mas aos poucos surtiavam efeito. Ao longo

de mais ou menos oito meses, essas reuniões alcançaram quase toda Macapá. O elemento primordial era difundir novas ideias, alimentar novas esperanças na política local e nas novas possibilidades de se governar para o povo, com políticas públicas mais eficientes e no combate ao desmando no poder.

A forma de atração das pessoas de cada bairro partia da possibilidade de cada um poder dizer dos problemas enfrentados na sua rua, no seu bairro e em toda Macapá. A ideia de que cada morador, cada moradora, poderia interferir mais decisivamente no dia a dia da cidade ganhava mais musculatura.

Dessa feita, no período de abertura do processo eleitoral, a candidatura do PSB à Capital já era suficientemente conhecida e ganhava adesão como uma candidatura possível de ser eleita.

Como já dito anteriormente, a falta de estrutura era um nó difícil de desatar. Ainda mais ao enfrentar as forças políticas atrasadas, conservadoras do TFA. Nesse sentido, os militantes políticos se desdobravam em fazer a propaganda, a agitação política, mas precisando carregar tábuas e perna-mancas em seus “chevetes” para montar os palanques dos comícios, como lembra o professor Armindo.

Não havia recurso financeiro. Possíveis apoiadores das novas ideias se viam acuados com a política dos que estavam no poder. Empresas e pessoas tinham medo de apoiar, de contribuir financeiramente, posto que tudo girava em torno do governo. Caso fossem descobertos os apoios ao PSB, contratos eram “cortados”, perdiam-se funções no governo, etc. Mesmo assim, alguns poucos apoiavam de maneira clandestina, mas não iam às reuniões ou comícios, muito menos divulgavam suas preferências eleitorais.

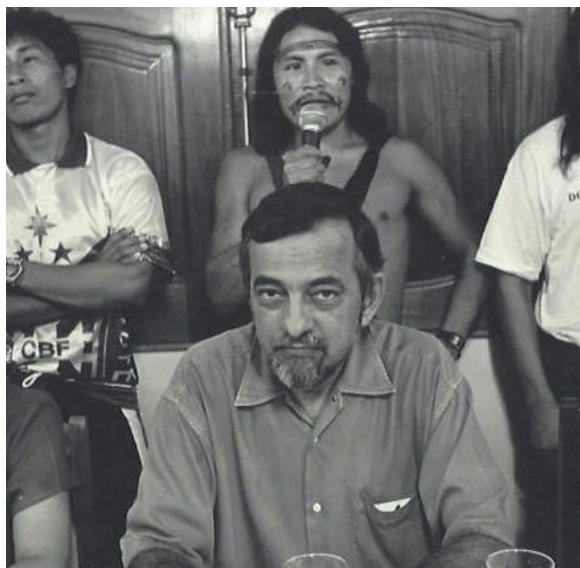
O eixo do discurso eleitoral girava em torno de denúncias à gestão da Prefeitura de Macapá, práticas de nepotismo, gastos arbitrários e de proposições conectadas às denúncias, demonstrando o que poderia ser feito em benefício da sociedade se esses desmandos e gastos não existissem. O Professor Armindo destaca como as pessoas se surpreendiam com essas informações. As práticas não eram de acesso mais amplo da sociedade. As gestões eram como segredos guardados em cofre.



A candidatura de João Alberto Capiberibe à prefeitura de Macapá inaugura a participação do PSB nas disputas eleitorais do então Território Federal do Amapá em oposição às práticas autocráticas do período da Ditadura Militar

O fato de destacar como esses recursos poderiam ser usados na saúde, na educação, etc., promoveram uma visibilidade afirmativa na campanha de João Alberto Capiberibe à prefeitura, muito embora o ideário socialista do PSB ainda causasse estranheza a muitos, pelo desconhecimento e pela ardilosa campanha ideológica contrária às ideias populares e democráticas progressistas

Outra dificuldade encontrada, pontuada no relato do Professor Armindo, estava na visão de mundo de alguns candidatos à vereança de Macapá. Muitas contradições existiam entre a linha de ideias do PSB e os discursos de alguns candidatos. O ideário socialista nem sempre aparecia claramente nas rodas de reuniões políticas. Isso se devia ao caráter ainda pueril do partido e de seus integrantes, alguns dos quais não haviam experimentado a luta social mais organizada. Essa dificuldade se ampliava com a circunstância de que os discursos mais à esquerda na política eram desconhecidos por ampla parcela da população local. Ao contrário, prevalecia a imagem ideologizada dos "comunistas que comiam criancinhas e matavam os velhinhos" oriundos dos processos de terror promovidos nos anos de chumbo no Brasil.



Nos primórdios do PSB no Amapá os possíveis apoiadores das novas ideias se viam acudados com a política dos que estavam no poder. Caso fossem descobertos os apoios ao PSB, contratos eram cortados, perdiam-se funções no governo e outras retaliações. Mesmo assim, alguns poucos apoiavam de maneira clandestina, mas não iam às reuniões ou comícios, muito menos divulgavam suas preferências eleitorais

PROPAGANDA ANTICOMUNISTA NA DITADURA

Nessa tônica de perseguição, encontrava-se João Alberto Capiberibe. A imagem dele era vinculada ao terrorismo pelas forças conservadoras do poder local.

O contradiscurso passou a ser o de desmitificar essas imagens de terror, de se apresentar propostas e compromissos na luta em favor do povo, dos menos favorecidos.

A forma estratégica foi de reunir alguns professores e, nas escolas, provocar discussões acerca do socialismo e do programa político do PSB. Entretanto, não foi tarefa fácil. Eram muitas as desconfianças e, acima de tudo, o medo sobre assuntos da política.

Capiberibe lembra que muitas reuniões eram feitas em sua própria residência a partir de 1987, com o intuito de discussões e de formação política. Assim, constituía-se uma base mais militante e com potencial de convencimento dos mesmos em busca de novas adesões.

O cenário também não se mostrava fértil. Os amapaenses inicialmente se deslocavam para fora do TFA para cursarem o nível universitário. Os locais mais recorrentes eram Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA) e Rio de Janeiro, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A UFPA havia instalado uma extensão de cursos de Graduação, com o Núcleo de Educação em Macapá (NEM) - criado em 1970, tendo encerrado suas atividades em 1992 com poucos cursos implementados, poucas vagas, sendo a maioria vinculada à formação da docência.

Mesmo com os cursos locais, a discussão de ideias mais progressistas também se mostrava incipiente, logo a dificuldade de formação de consciências mais críticas e com militância social e política.

Esses esforços militantes levaram à eleição de João Alberto Capiberibe, em 1988, à Prefeitura de Macapá. Na mesma eleição, o PSB passa a ocupar pela primeira vez cadeiras no legislativo municipal. Janete Capiberibe e Euri Farias são eleitos vereadores de Macapá.



Os esforços militantes nas eleições de 1988 levaram o PSB a ocupar pela primeira vez cadeiras no legislativo. Janete Capiberibe (foto) e Euri Farias são eleitos vereadores de Macapá



CAPÍTULO 2

DAS GESTÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

GESTÃO, MANDATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PSB

O PSB SE APRESENTA NO ESTADO DO AMAPÁ COM UMA INTENSA TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA, ASSUMINDO O PODER EXECUTIVO NAS ESFERAS MUNICIPAL E ESTADUAL. LOGO APÓS OS PRIMEIROS ANOS DE SUA CRIAÇÃO, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988, JOÃO CAPIBERIBE É ELEITO PARA A PREFEITURA DA CAPITAL – MACAPÁ, NO PERÍODO DE 1989 A 1992

Faz-se necessário recordar que o Amapá passava por um verdadeiro frisson político-administrativo, pois no ano de 1988, por força da decisão inscrita na Carta Magna, o Território Federal era transformado em Estado da República Federativa do Brasil.

Desde então, até as últimas eleições de 2016, o PSB conquistou por mais onze (11) vezes o governo de municípios amapaenses, conforme a listagem cronológica eleitoral a seguir:

Nas eleições municipais de 1996, para o mandato de 1997 a 2000, o Partido Socialista conquistou três municípios: Pedra Branca do Amapari, com Juarez Gomes; Pracuúba, com Dorimar Neves Nunes; e, Oiapoque, com o 1º prefeito indígena, João Neves Silva.

Nas eleições municipais de 2000, para o mandato de 2001 a 2004, a conquista socialista abrangeu cinco municípios:



Nas eleições municipais de 1996 o PSB conquistou três municípios: Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, e Oiapoque, com o 1º prefeito indígena, João Neves Silva



Sede da Prefeitura de Macapá: em 2000, João Henrique Pimentel torna-se o segundo prefeito da capital eleito pelo Partido Socialista Brasileiro

Calçoene, com Adelson José Deniur de Almeida; Cutias do Araguay, com José Justo de Moraes Barbosa; Itaubal, com Leopoldo Gonçalves Machado Neto; Tartarugalzinho, com Almir Rezende; e, pela segunda vez em sua história, a capital Macapá, com João Henrique Pimentel.

Nas eleições de 2012, para o mandato de 2013 a 2016, o PSB conquistou três municípios: Itaubal, com Ester Cândida Chagas da Silva; Oiapoque, com Miguel Caetano de Almeida; e, Serra do Navio, com José Maria Amaral Lobato.

Portanto, o Partido Socialista realizou a experiência de gestão municipal no total de 12 prefeituras amapaenses.

No executivo estadual, João Alberto Rodrigues Capiberibe foi eleito governador para o período de 1995-1998 sendo reeleito para mais um período, entre 1999-2002. Depois, o PSB volta a conquistar o governo estadual, com a eleição de Carlos Camilo Góes Capiberibe, para o período de 2011-2014.

Ressalta-se que nas eleições estaduais de 2006, ocorreu a candidatura de João Alberto Capiberibe ao executivo, após a cassação política de seu mandato de senador.

Em cada processo eleitoral, o Partido Socialista também foi elegendo seus representantes nas casas parlamentares, seja no âmbito das câmaras municipais, seja na As-

sembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALAP), seja no Congresso Nacional.

No parlamento estadual, o PSB esteve presente desde a I Legislatura, no período de 1991-1994, até a VII Legislatura, que começou em 2015 e vai até 2019, perfazendo um total de 14 parlamentares que exerceram e exercem um mandato em nome do Partido Socialista. A lista cronológica dos mandatos estaduais é a seguinte:

I Legislatura (1991-1994): Geraldo Souza Rocha e Janete Capiberibe; II Legislatura (1995-1998): Janete Capiberibe; III Legislatura (1999-2002): Eury Salles Farias, Judith Guimarães Medeiros e Janete Capiberibe, que deixou a função para o suplente Jorge Elson Silva de Souza, pois concorreria em 2002 para deputada federal; IV Legislatura (2002-2006): Manoel Gomes de Souza, Jorge Elson Silva de Souza e Ruy Guilherme Smith Neves; V Legislatura (2007-2011): Ruy Guilherme Smith Neves e Carlos Camilo Góes Capiberibe; VI Legislatura (2011-2015): Agnaldo Balieiro da Gama e Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes; VII Legislatura (2015-2019): Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes e Max Ney Machado Andrade, que pediu desfiliação do partido.

No parlamento federal (Câmara e Senado), desde o ano de 1987 até o ano de 2017, o PSB fez-se representar, com um total de 11 mandatos eleitos conforme a cronologia a seguir:

1987-1990: Raquel Capiberibe; 1995-1998: Raquel Capiberibe, Gervásio Oliveira; 1999-2002: Evandro Milhomen; 2003-2006: Evandro Milhomen e Janete Capiberibe e, para o Senado, João Alberto Capiberibe (mandato até 2010), sendo o casal Capiberibe cassado em 2005, por uma manobra do PMDB do Amapá; 2007-2010: Janete Capiberibe; 2011-2014: Janete Capiberibe para a Câmara Federal e João Alberto Capiberibe para o Senado (cujo mandato encerra somente em 2018).

O destaque parlamentar refere-se à trajetória de Janete Maria Góes Capiberibe, que foi eleita vereadora da capital Macapá, na primeira eleição que o partido concorreu em terras amapaenses (1988); depois foi eleita deputada estadual, fazendo parte da I Legislatura da ALAP, no período de 1991-1994; depois reeleita nas duas eleições sucessivas

(II Legislatura de 1995-1998/III Legislatura de 1999-2002); a seguir nas eleições de 2002, concorreu a uma vaga de deputada federal, sendo eleita, e assim sucessivamente nas demais eleições para a Câmara Federal, cumprindo o atual mandato do período de 2015-2018.

A deputada socialista foi a mais votada nas eleições de 2002, 2006 e 2010, mantendo ao longo de seus mandatos uma atuação combativa em defesa das causas dos segmentos mais desfavorecidos da sociedade brasileira. Foi autora da Lei 11.970/2009, que obriga a instalação da cobertura no volante e eixo dos motores de embarcação, visando superar os acidentes com escarpelamentos; assim como foi a titular da Lei 12.892/13, que declara o ambientalista e líder seringueiro Chico Mendes, o patrono nacional do meio ambiente. De acordo com os diversos testemunhos de quadros fundadores e militantes do PSB, a marca do partido em sua primeira experiência no executivo público, quando assumiu a administração da capital Macapá, foi democratizar a gestão da Prefeitura Municipal (PMM), com a transparência na gestão dos recursos, chamando os Conselhos Populares para dentro do executivo mirim, para discutirem e formatarem o orçamento, além de debaterem sobre o Plano Diretor.

O exemplo mais palpável e visível desse novo jeito de administrar foi quando o prefeito João Alberto Capiberibe decidiu expor os recursos da PMM em um mural (outdoor) na parte externa do prédio sede da prefeitura, apresentando as despesas e receitas. Mensalmente os dados eram atualizados para toda a população.

Outra experiência que marcou a primeira administração do PSB foi garantir a regionalização da merenda escolar da rede municipal de educação. Isso significava a presença dos alimentos da dieta alimentar amapaense (como o açaí, o camarão, o peixe, o mingau) diretamente nas escolas municipais.

Não se pode esquecer que o prefeito Capiberibe tinha exercido anteriormente o cargo de Secretário Estadual da Agricultura, marcando sua gestão com a implantação da Feira do Produtor Rural na capital Macapá.



Merenda Escolar Indígena: a primeira gestão do governo estadual do PSB tem marca e estilo de governar próprios, com impactos por sua ousadia e inovação na administração pública

Tais experiências ganharão uma escala muito maior quando o PSB chega vitorioso ao governo estadual em 1995. Novamente a “transparência” e a “participação popular” vão ser as principais marcas e que sempre estiveram presentes nas gestões pessebibistas amapaenses.

O Partido Socialista, quando de sua primeira gestão no governo estadual, traz uma marca e um estilo de governar que impacta por sua ousadia e inovação na administração pública, notadamente no Estado do Amapá, que carregava uma herança fortíssima de centralização administrativa desde a época de Território Federal e que continuou em sua ascensão como recém-criado estado, visto que elegeu em 1990 um ex-interventor federal, que já tinha administrado o Amapá entre 1979-1985.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAPÁ

João Alberto Rodrigues Capiberibe saiu vitorioso nas urnas em 1994, embalado pelo slogan e refrão de campanha “tudo por nossa terra”, reavivando um sentimento adormecido pelos amapaenses em relação à sua identidade nativa e apresentando como proposta para a gestão estadual o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), baseado nas diretrizes e recomendações amplamente discutidas e aprovadas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada dois anos antes na cidade do Rio de Janeiro, mais conhecida como RIO 92.

O PDSA foi formalmente apresentado no dia 14 de agosto de 1995, através de um Decreto do executivo estadual propugnando conciliar o desenvolvimento socioeconômico e cultural com a utilização sustentável dos recursos naturais e humanos, trazendo para a arena concreta e experimental das políticas públicas o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tornando-se um marco de governança

BASEADO NAS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (RIO 92), O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAPÁ FOI APRESENTADO EM AGOSTO DE 1995 PARA CONCILIAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL COM A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E HUMANOS, TRAZENDO PARA A ARENA CONCRETA E EXPERIMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TORNANDO-SE UM MARCO DE GOVERNANÇA NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DO BRASIL

na história da Amazônia e do Brasil, o que proporcionou uma visibilidade de grande alcance para inúmeras iniciativas locais, nos mais diversos setores e que apontavam para uma progressiva e persistente mudança de modelo de desenvolvimento que, até então, imperava na região.

O programa de governo inaugurava uma nova agenda governamental, fruto de uma decisão política e que tinha sido respaldada pelo processo eleitoral. As grandes diretrizes escolhidas foram as seguintes:

- VALORIZAÇÃO DAS VANTAGENS COMPARATIVAS DO AMAPÁ
- SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA
- EQUIDADE SOCIAL
- UTILIZAÇÃO DE PARCERIAS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS
- DESCONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES
- MUNICIPALIZAÇÃO

O pano de fundo era engendrar um novo rumo de desenvolvimento que conseguisse quebrar o fluxo das desigualdades históricas. Estava posta no cenário amapaense uma nova ambientação de governança, que passaria continuamente por diversos embates e conflitos, pois estava-se no limiar de concepções que não cabiam mais no horizonte cotidiano do Amapá e de seu povo.

À medida que avançava a gestão do PSB, mais e mais os sujeitos sociais envolviam-se na discussão e compreensão de uma cartela gramatical, até então praticamente desconhecida para os diversos setores da sociedade local: desenvolvimento sustentável, biodiversidade, agregação de valor, vantagens comparativas, equidade social, distribuição de renda, descentralização e parcerias, desconcentração de atividades, populações tradicionais, preservação ambiental, identidade cultural entre tantas outras temáticas.

De acordo com o relato do senador Capiberibe sobre este

período, o Estado tinha donos. O orçamento era propriedade de meia dúzia. E a primeira tarefa do partido foi democratizá-lo. Foi uma luta difícil. Entrava-se com a tese de que os recursos da contribuição do cidadão deveriam ser distribuídos com o conjunto da sociedade.

Concretamente o executivo estadual abriu linhas de crédito, financiamentos, para todas as organizações da sociedade civil. E, segundo o senador Capiberibe, foi muito difícil para a época, pois não havia uma legislação que facilitasse essa participação popular, tendo que enfrentar a barreira da Assembleia Legislativa estadual, que não aceitava essa democratização do orçamento público.

Na experiência primeira na prefeitura da capital, o partido buscou os Comitês Populares, criando mecanismos de participação. Na gestão estadual, um dos grandes parceiros que garantia a participação popular na execução do orçamento era o Conselho de Associações de Moradores (COAM).

Para o ex-governador Camilo Capiberibe, o PSB, quando assume o governo estadual em 1995, tenta mostrar para a sociedade qual é a importância de participar da questão orçamentária, de definir para onde é que vai o dinheiro e de fiscalizar.

Ainda, segundo Camilo Capiberibe, o desafio era mostrar para a sociedade, estivesse ela em uma área indígena, ou no Arquipélago do Bailique, estivesse em uma comunidade de agricultores, que ela era sujeito, tendo o direito de ser integrada no modelo de desenvolvimento.

Como exemplo de experiências, entre inúmeras outras, que foram viabilizadas na perspectiva do PDSA, no esforço governamental de efetivar o que estava no papel, podem ser citadas:

BIODIVERSIDADE, EQUIDADE SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, IDENTIDADE ÉTNICA. NA GESTÃO PSB, OS SUJEITOS SOCIAIS GANHARAM PARTICIPAÇÃO E VOZ ATIVA



Dança indígena do Turé – identidade cultural e sujeitos sociais envolvidos na discussão e na compreensão de um projeto de desenvolvimento



Programa de Educação Escolar Indígena – experiência exitosa do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá criado pelo PSB

Programa de Educação Escolar Indígena – visando fortalecer a identidade étnica, com promoção do intercâmbio cultural, que exigiu esforços consideráveis na área formativa, produção de material adequado, intercâmbio e parcerias com diversas entidades;



Centro de Cultura Negra – localizado no tradicional bairro do Laguinho, como referência para estimular pesquisas, resgatar e divulgar a cultura afro-amapaense;



Escola Sambódromo de Artes Populares – localizada no complexo do Meio do Mundo, com o intuito de resgatar, valorizar e preservar as manifestações populares, oferecendo cursos e oficinas de dança, música, culinária, artesanato e diversas outras atividades;

Projeto Grafitart e Reciclart – indo ao encontro de toda a parcela infanto-juvenil que se encontrava em situação de vulnerabilidade social;

Centro de Juventude Chaguinha – referência de acolhimento da população jovem, para formação e capacitação permanente, com múltiplas atividades e mobilizações;

Museu do Desenvolvimento Sustentável – proporcionando à população como um todo e ao fluxo turístico, as pesquisas da ciência e tecnologia na perspectiva do desenvolvimento sustentável, com ambientações que retratam o cotidiano de vida dos povos da floresta;

Programa Parteiros Tradicionais – O programa para capacitação, inclusão e reconhecimento das parteiras tradicionais do Amapá, sob idealização e coordenação da deputada Janete Capiberibe, em parceria com a UNICEF, Ministério da Saúde, Ong Cais do Parto, realizando mais de uma dezena de cursos, atingindo mais de 1.600 parteiras em todo o Estado, impactando na redução do índice de mortalidade infantil, materna e perinatal, levando o Amapá a apresentar um índice de 66% de nascituros através de partos normais, enquanto o índice nacional apresentava uma média de 44%. Em 1998 foi realizado pela ONG Cais do Parto, o I Encontro Internacional das Parteiros Tradicionais do Amapá, levando o projeto a receber o Prêmio Paulo Freire, dando ao mesmo uma visibilidade nacional e internacional;



Escola Bosque – foi inaugurada em 1998 para atender a grande demanda quanto a oferta de Ensino Médio no Arquipélago do Bailique, que fica em uma distância de mais de 12 horas de barco da capital Macapá. A Escola Bosque atingiu o patamar de referência no ensino da região, obtendo prêmios e sendo destaque em diversos meios de comunicação de alcance nacional. Seu projeto pedagógico foi concebido pelo educador Mariano Klautau, com o método socioambiental, uma metodologia inovadora de ensino que aliava o conteúdo com a vivência prática de seus educandos, numa relação de respeito e preservação do meio ambiente. O projeto arquitetônico foi de Dula Lima, levando em conta a concepção espacial das aldeias waiãpi. As aulas começaram em 1998, em prédios arquitetonicamente adequados à região, construídos pelos próprios moradores do Bailique;



Segurança Pública – focado nos Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Justiça e a Anistia Internacional, com massiva capacitação de todos os agentes de segurança pública e a criação da Polícia Comunitária. Ganhou o Prêmio Gestão e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas e BNDES, escolhido entre mais de 900 projetos em todo o Brasil). Para o pesquisador da Universidade Federal do Amapá, Dr. Dorival Santos, foi uma experiência de política pública inovadora não só para o Amapá, mas apontava para o Brasil, como um modelo inovador de gestão.

Indústria Moveleira – modernização tecnológica do setor mobiliário, em parceria com o sindicato da classe, levando o governo estadual a adquirir uma considerável parte do mobiliário escolar;



Agroindústria, Sistemas Agroflorestais e Apoio ao Extrativismo, Viveiros Comunitários – com o objetivo de industrializar produtos típicos da região, para que pudessem gerar emprego e renda às comunidades locais, com o uso ambientalmente sustentável, associação entre culturas perenes e anuais, permanência das comunidades em seus locais tradicionais de vida, inserção dos produtos no mercado local e externo, recuperação de áreas degradadas;



Pesca Artesanal – fortalecimento das entidades de pesca, implantação de fábricas de gelo, aquisição de novas embarcações e demais equipamentos de pesca, frigoríficos, além da criação da Escola de Pesca;



Zoneamento Ecológico-Econômico – implantado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá-IEPA, que avaliou o potencial de recursos naturais, as limitações naturais e o desempenho socioeconômico e sua ocupação territorial.



Programas de valorização da cidadania da mulher –

Programa Parteiros Tradicionais, acima citado; Bolsa Família Cidadã: voltado para as mulheres chefes de família com o benefício de 1 salário mínimo para manter seus filhos com sucesso na escola; Projeto Afrodite: organização das mulheres profissionais do sexo; Projeto Margarida: organização e apoio às mulheres homossexuais; Projeto Nação Mulher: capacitação e geração de trabalho e renda; Projeto Mulheres nas Lutas Ambientais: organização e apoio às lideranças das comunidades rurais; Projeto Casa Abrigo Fátima Diniz: acolhimento para as mulheres vítimas da violência doméstica e familiar; Programa de Rádio Viva Mulher: programa diário voltado para as mulheres, debatendo os temas relacionados à saúde, meio ambiente, organização social, mercado de trabalho, direito e justiça, comportamento, sexualidade, educação, amor, moda, beleza, arte, cultura, lazer, turismo e todas as temáticas do universo feminino e feminista. A cidadania da mulher cresceu com o protagonismo feminino, a participação tiva em todos os segmentos da sociedade e a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Esta é uma das marcas da história do PSB no Amapá, e tornou-se realidade com a vontade política e o permanente diálogo entre as gestões do partido - tanto no Executivo quanto no Legislativo - e os movimentos de emancipação da mulher no estado.



SABERES ACADÊMICOS E TRADICIONAIS: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Uma iniciativa que ressalta na gestão socialista e impacta sobremaneira na atitude do pensamento que até então predominava no Amapá (e em tantos outros lugares do país), é a atitude proativa por parte do governador Capiberibe ao campo da produção do saber, da ciência, da universidade, para que fossem impelidos pelos desafios da sustentabilidade em busca de caminhos viáveis e capazes de superar uma sociedade profundamente injusta e excludente.

Essa perspectiva de atuação é reconhecida por diversos analistas políticos e pesquisadores amapaenses em suas reflexões sobre tal período, mesmo apontando os inúmeros entraves do governo. Na prática, o PDSA colocou no mesmo patamar o saber produzido pela academia, assim chamado de Ciência e Tecnologia, e o saber tradicional, vulgarizado como credices e manias populares.

Conforme assinala o pesquisador Dr. Marco Chagas, o PDSA abriu uma frente de capacitação de recursos humanos, na qual foi formada uma turma de 20 profissionais que tiveram a oportunidade de fazer o mestrado voltado para a área de desenvolvimento sustentável.

Para o pesquisador Dr. Antônio Filocreão, houve o fortalecimento e a valorização do saber técnico no Estado. No pensamento do pesquisador Dr. Dorival Santos, houve um cuidado com a academia amapaense. Para o historiador, era uma raridade ter um mestre ou doutor. E qualquer pessoa tinha o apoio do governo do Estado, pois era uma política de valorização e de produção de doutores e mestres, fazendo com que o IEPA se tornasse uma potência. E que, mais tarde, fez surgir a Fundação Tumucumaque.

Certamente que tal experiência de gestão não foi implementada e prontamente assimilada, desde que o governo pessebista assumiu em 1995. Foi um longo processo de debates e embates, capacitações e desafios. Isso tanto para a equipe de governo, como para a sociedade amapa-

NO GOVERNO CAPIBERIBE O AMAPÁ BUSCOU PARCERIAS PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS, E APROXIMOU-SE DA VIZINHA GUIANA FRANCESA, APRESENTANDO O ESTADO COMO ELO DE INTEGRAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE EUROPEIA E O MERCOSUL, TENDO DESDOBRAMENTOS EFETIVOS COM O ACESSO AOS FUNDOS ESPECIAIS DE INVESTIMENTOS EUROPEUS

ense e, como não poderia deixar de ser, por seu ineditismo, para uma opinião pública nacional e internacional. Para o então governador Capiberibe, o PDSA tornava-se uma verdadeira matriz geradora de projetos criativos.

Por sua personalidade e trajetória de vida, o governador Capiberibe (ladeado por sua esposa, deputada Janete Capiberibe) vai buscar parcerias para além das fronteiras nacionais, realizando uma promissora aproximação com a vizinha Guiana Francesa, cultivada também pela amizade com a ex-primeira dama da França, Danielle Mitterrand, que visitou o Amapá para conhecer pessoalmente o jeito de governar na perspectiva da sustentabilidade.

Através de uma política de cooperação com a Guiana, a gestão pessebista conseguiu apresentar o Amapá como elo de integração entre a Comunidade Europeia e o Mercosul, tendo desdobramentos efetivos com o acesso aos fundos especiais de investimentos europeus.

Seguramente, todo esse processo geopolítico desembocaria em atos formais e diplomáticos desde a primeira visita do governador Capiberibe à Guiana Francesa, ainda em 1995; depois com sua viagem à França em 1996, mesmo ano em que o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso vai a Paris e assina, com o presidente francês Chirac, o Acordo Quadro, incluindo a institucionalização de cooperação, via Amapá e Guiana. O ápice vai acontecer em novembro de 1997, quando os dois presidentes voltam a se encontrar, agora na fronteira do Diapoque, quando sinalizam a construção de uma ponte, símbolo da aproximação e resultado eficaz das tratativas de vizinhança empreendidas pelo governo amapaense.

De forma criativa e até audaciosa, posto que o Estado estava em sua infância institucional, enfrentando um cenário geopolítico nacional pessimista e recessivo, o governo socialista do PDSA coloca o Amapá como solução, como laboratório vivo, buscando viabilizar um outro modo e estilo de estar no mundo, agora através do paradigma da sustentabilidade, transformando em políticas públicas o que foi proposto pela Agenda 21, como conclusão da ECO 92.

No primeiro período de governo do PSB, entre 1995-1998, foi possível aprovar um conjunto de leis, para que todo o processo de governança tivesse uma sustentabilidade jurídica. Com destaque, deve-se citar a Lei de Acesso à Biodiversidade, de autoria da deputada Janete Capiberibe. No âmbito administrativo, realizou-se uma ampla reforma e modernização, com o enfoque na descentralização e concretização de parcerias na gestão.

A implementação de um novo modelo de desenvolvimento, no Brasil e na ponta da Amazônia, iria atrair muitas resistências. Em todas as escalas, em todos os segmentos da sociedade, nos mais diferentes setores. Os obstáculos foram gigantescos, exaurindo sobremaneira a capacidade de governança do governo pessebista amapaense.

O primeiro embate foi no mesmo ano inicial de governo, quando uma empresa produtora de papel e celulose se implanta em solo amapaense. A multinacional Champion confronta-se com as propostas do PDSA. Qual era o modelo de desenvolvimento eleito pelas urnas? Qual era o modelo que a empresa estrangeira trazia para entrar na área de cerrado do Amapá?

Pela tradição amazônica e amapaense, difundia-se que os grandes empreendimentos geravam mais benefícios. É uma trajetória histórica e arraigada na cultura regional. Mas o Amapá tinha feito uma escolha política pela valorização dos pequenos empreendimentos, mas sem excluir a presença de quem viesse se implantar, desde que se adaptasse às novas regras e exigências do governo local. E assim foi feito.

Um outro embate foi a recuperação de mais de 850 mil hectares de terra que estavam sob a posse do Projeto Jari, exatamente onde estão os castanhais do sul do Estado. O

governo do PSB, apenas efetivando a legislação agrária da época, transformou a área na primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, fazendo com que os castanheiros tivessem a pacífica posse da terra e continuassem com suas atividades em torno da castanha.

Não obstante as resistências e medos e até mesmo uma atitude rancorosa, o PDSA foi deixando suas marcas no ambiente de governança e impactando a própria sociedade amapaense em sua capacidade de compreender o que estava se passando diante de seus olhos. Algumas áreas podem ser citadas, conforme descreve Alain Ruellan:



1. Organização e Funcionamento do Estado: uma estratégia de modernizar os recursos materiais, treinamento dos recursos humanos, melhor organização dos serviços, descentralização das ações e financiamentos e a crescente parceria com a sociedade civil. O serviço público foi sensivelmente fortalecido, sendo uma exceção para a época em que o país vivia, com a onda neoliberal de privatização. O orçamento estava equilibrado, mas sempre no embate de manter as verbas nas instâncias federais (que não eram favoráveis e nem compreendiam o PDSA), além de ir para o enfrentamento com o Legislativo e o Judiciário estaduais, acostumados, até então, a lotearem com o Executivo, o orçamento público;



2. Educação: na busca de uma aprendizagem contínua para não romper as raízes com a terra e com a própria identidade cultural, foi preciso assegurar e qualificar o acesso à educação, atingindo o patamar considerável de 96% das crianças em salas de aula, apoio às famílias socialmente vulneráveis; criação dos caixas escolares; o programa de ensino bilíngue nas comunidades indígenas; o estudo crescente e regular do francês na rede pública, visando contribuir para as relações de vizinhança com a Guiana Francesa, além do estímulo ao mundo universitário para incluir o desenvolvimento sustentável em suas prioridades de ensino e pesquisa;



3. Saúde como um direito fundamental: inúmeras campanhas de vacinação, tratamento de doenças tropicais, equipando postos de saúde afastados, a revalorização do trabalho das parteiras tradicionais, que, junto com outras ações articuladas, levou o Amapá a ser o segundo Estado com a menor taxa de mortalidade infantil do país;



4. Segurança, como necessidade vital: entre várias ações, destaca-se, sem dúvida, a criação da "Polícia Interativa", que atua lado a lado com as Associações de Bairro, próximas aos moradores, além de massiva capacitação na ótica dos Direitos Humanos;



5. A Ciência para o proveito de todos: o Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá-IEPA ampliou substancialmente suas parcerias com outras instituições congêneres no país e no exterior, implementou eficazmente o zoneamento ecológico-econômico, avançou no campo da fitoterapia e intensificou com quantidade e qualidade a divulgação dos conhecimentos conquistados;



6. Infraestrutura de estradas, água e eletricidade:

o governo teve fôlego para melhorar e construir rodovias, organizou o sistema viário em áreas urbanas e realizou a expansão das redes de água, de eletricidade e de telecomunicações para regiões longínquas e isoladas do Amapá. Até na infraestrutura portuária foi possível efetivar ações visando assegurar a melhoria de vida dos habitantes amapaenses. Sabe-se que na área de infraestrutura os custos e os gargalos sempre foram enormes e crivados pela ambientação política nas esferas federal, estadual e municipal, o que acaba penalizando o sucesso do PDSA e, sobretudo, a população beneficiária das políticas públicas;



7. Valorização de maneira sustentável dos recursos naturais:

buscou-se valorizar a produção agrícola local para palmilhar a meta da autossuficiência na produção de alimentos, em especial os que fazem parte da dieta regional, como a farinha de mandioca e o pescado, entre outros. Isso implicou em controlar e limitar a expansão de plantações que prejudicavam agressivamente os ecossistemas naturais do Amapá (florestas, cerrados, campos, lagos, etc), sem esquecer do

enfrentamento para estancar a degradação crescente nas áreas de produção agrícola. Outra vertente girou em torno do desenvolvimento industrial, levando em conta a localização geográfica do Estado, como vantagem comparativa para a indústria e o comércio locais. Finalizando esta pauta, tensionou-se para o setor do turismo, enquanto atividade que privilegia a observação, a descoberta, a compreensão dos ambientes e dos moradores locais, na linha do ecoturismo.

FINAL DOS ANOS 90 – SENTIMENTO DE IDENTIDADE DO AMAPAENSE

Somente em 1998 a visibilidade do que estava ocorrendo no Amapá vai ganhar os destaques de vários jornais e revistas do circuito mundial e nacional, testemunhando o que acontecia na latitude zero setentrional brasileira. Afinal, era mais de uma centena de projetos que estavam sendo viabilizados, inclusive com, pelo menos, uma dezena deles ganhando premiações fora do Amapá.

Nesse mesmo ano, a sociedade amapaense tinha que decidir nas eleições se aprovaria ou não a proposta de governo do PSB, em seu ciclo inicial de implantação do PDSA. João Alberto Rodrigues Capiberibe foi reeleito para mais quatro anos. O povo amapaense queria aprofundar e enraizar a experiência de um modelo de desenvolvimento que recuperava a autoestima e a capacidade das pessoas de serem as próprias promotoras de suas escolhas e modo de viver, a partir das referências da sustentabilidade.

Um exemplo profícuo para tal período ocorreu com a decisão de publicizar na rede mundial de computadores (internet) todas as receitas e despesas públicas.

Para Eli Almeida, que participou da equipe de governo nos dois períodos, o PSB tinha um programa de governo com valores e princípios, que representava a valorização das pessoas que moravam no Amapá. Foi um momento de explosão em que as pessoas passaram a conhecer e a saber quem eram, como um sentimento que o PSB trouxe a cada uma delas.

O senador Capiberibe, refletindo sobre a sua gestão à frente do executivo estadual, aponta que os diversos programas e projetos executados trouxeram a vida cultural, a atividade econômica, produtiva e a paisagem cênica do interior do Estado para um contato direto com a cidade. O senador cita dois exemplos que expressam tal movimento do governo pessebista: a Feira do Produtor Rural e o Museu Sacaca.

O experiente analista político e eleitoral amapaense, Job Miranda, fazendo um olhar panorâmico sobre o período, afirma que o PDSA foi uma inovação, uma coisa extraordinária, ainda que o alcance não tenha sido o desejado, em função de muitos entraves políticos nacionais e locais: dificuldades do ponto de vista do saber, recursos humanos sem as condições de acompanhar a ideia, falta de tecnologia, falta de entendimento na própria coalização que governava. Apesar de tais limitações, o PDSA foi um projeto excelente, sendo fantástico do ponto de vista cultural, quando valorizou as diversas manifestações populares, ao criar o sambódromo, construir o Centro de Cultura Negra, realizar e apoiar o Encontro dos Tambores, projetar a música popular amapaense, entre outras ações. Na cultura política, também observa uma contribuição fantástica, pois rompeu com o tradicional paternalismo que o Amapá vivenciou desde o “janarismo”, lamentando que o Estado não tenha levado isso à frente, mas que ficou como uma herança positiva.

Ao mesmo tempo, os embates e confrontos com os segmentos que foram privilegiados antes da chegada do PSB ao governo estadual, tornaram-se cada vez mais tensionados. Segundo o professor pesquisador da Universidade Federal do Amapá, Dr. Antônio Filocreão, os governos do PSB foram conflituosos, pois tiveram que enfrentar a elite que vinha da época “barcelista”.

No entender de Filocreão, foi um enfrentamento necessário, pois o Judiciário sempre pediu mais do que precisava em sua parte no orçamento público, assim como a Assembleia Legislativa, o que acabou fazendo um movimento de pressão no pedido de afastamento do governador Capiberibe. Para o analista político Job Miranda, ocorreu muito boicote por parte da oposição ao governo.

O senador Capiberibe reconhece que a relação com o Legislativo foi de confronto e que o PSB nunca definiu uma estratégia para ampliar sua participação no parlamento. Isso gerou uma enorme dificuldade de governabilidade nas gestões pessebistas.

Na análise do ex-governador Camilo Capiberibe, o PSB chega em 2002 encerrando um ciclo de estar na gestão executiva e volta-se para o seu interior, buscando a construção dos núcleos de base. E, por causa dessa mudança de enfoque, deixa de ser um partido para apoiar a disputa de poder, para ser um partido vivo na sociedade.

Para Camilo Capiberibe, o PSB tem uma coerência: ele é oposição ou ele é situação. Quando está no poder, normalmente tem uma oposição muito forte, porque ele tem um limite para a política nos moldes em que ela é feita no país.

O PSB CHEGA EM 2002 ENCERRANDO UM CICLO NA GESTÃO EXECUTIVA E VOLTA-SE PARA O SEU INTERIOR, BUSCANDO A CONSTRUÇÃO DOS NÚCLEOS DE BASE. ESTA MUDANÇA DE ENFOQUE O TORNA UM PARTIDO MENOS CALCADO NA DISPUTA DE PODER, E MAIS VIVO NA SOCIEDADE AMAPAENSE

E vai ser com Camilo Capiberibe que o PSB voltará ao governo estadual amapaense, que saiu vitorioso no processo eleitoral de 2010, em uma disputa na qual o candidato pessebista ocupou os últimos lugares nas pesquisas que surgiram a cada mês que antecedia o dia das eleições.

O bloco do poder que foi instalado no governo estadual, governando por oito (8) anos, após os dois mandatos de gestão do PSB, apresentava-se com vários candidatos, em uma aparente divisão interna, mas os quais se erguiam peremptoriamente como opositores ao candidato Camilo Capiberibe, como histórico adversário e o único que realmente poderia contrariar os interesses do chamado grupo da “harmonia”.

A campanha eleitoral foi fortemente tumultuada, quando, no dia 10 de setembro, a capital amapaense foi sacudida com a deflagração da Operação “Mão Limpas”, pela Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal, que, após meses de investigação, revelaram indícios de um sofisticado esquema de desvio de recursos federais, entranhado por toda a administração pública amapaense.

Com a participação de 600 policiais e 30 agentes da Controladoria Geral da União, foram expedidos 18 mandados de prisão, 87 mandados de condução coercitiva e 94 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

A população amapaense, ao longo daquele dia, testemunhava entre perplexa e atônita, a prisão do governador licenciado e candidato ao Senado, sua esposa e deputada estadual, o governador em exercício, deputados estaduais, o presidente do Tribunal de Contas, secretários estaduais, empresários e muitos outros servidores públicos.

Na verdade, desde 2004 o Amapá vinha sendo alvo de mais de uma dezena de operações da Polícia Federal. No entanto, a envergadura da Operação Mãos Limpas iria ter impactos imediatos na conjuntura política e eleitoral amapaense. Alguns dos indiciados eram candidatos. E as pesquisas apontavam eleições praticamente certas e tranquilas. Após a operação, o quadro eleitoral foi mudando drasticamente.

Com isso, o candidato Camilo Capiberibe, que não estava entre os primeiros colocados, aparece como a alternativa real e possível de disputar a vaga do executivo estadual,



Em 2010, Carlos Camilo Góes Capiberibe torna-se o sétimo governador eleito no Amapá e o mais jovem governador do Brasil, com 38 anos de idade

pois o eleitor estava impactado pela questão de fundo levantada pela operação da Polícia Federal, que é a questão ética. Por conseguinte, o eleitor coloca o candidato pessevista para o segundo turno, para enfrentar o primeiro colocado Lucas Barreto (PTB).

No dia 31 de outubro de 2010, Carlos Camilo Góes Capiberibe seria o sétimo governador eleito no Amapá, o mais jovem governador do Brasil, com 38 anos de idade, recebendo a maior votação da história do Estado, atingindo mais de 170 mil votos em um patamar de 53,77%.

O PSB assume um executivo totalmente anêmico de políticas públicas e sucateado em suas finanças, desprovido de qualquer atividade proativa na administração pública, rodeado de dívidas e demandas, bloqueios de contas e verbas, que exigiam do novo gestor e de sua equipe uma capacidade criativa e tenaz para colocarem a máquina pública na sua habitual regularidade.

Para o então secretário de governo, Julianio Del Castillo, o governo Camilo foi de enfrentamento, seguindo o mesmo estilo quando o PSB esteve no governo estadual, entre 1995-2002. Enfrentamento com os setores da elite amapaense, com o parlamento, com a imprensa (que atacava de forma virulenta tanto o governo quanto a pessoa do governador), enfrentamento com diversos segmentos dentro da administração estadual e, de forma mais pontual e articulada, enfrentamento com vários segmentos sindicais, que vão desencadear inúmeros movimentos de paralisação, emparelhando e confrontando a atuação governamental.

Ainda para Julianio Del Castillo, o enfrentamento ocorreu principalmente em torno do orçamento público, quando o governo realizava um trabalho ferrenho nos bastidores, visando sanear o Estado e buscando garantir as políticas públicas que beneficiassem os segmentos que de fato precisavam. Mas a sociedade amapaense não conseguiu perceber a tempo tal esforço e os avanços que o governo pessevista foi realizando ao longo dos quatro anos de gestão.

Com tal cenário, ocorrerá, ainda no primeiro ano de mandato do governador Camilo Capiberibe, uma representação

da Promotoria de Justiça e Cidadania por supostas irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde. Instalou-se a CPI na Assembleia Legislativa.

No ano seguinte, 2012, ocorrerá um dos mais conturbados movimentos de paralisação no funcionalismo público, com a greve do magistério estadual. O Sindicato da categoria protocolou na Assembleia Legislativa uma representação por crime de responsabilidade contra o governador Camilo Capiberibe. Com mais de duas mil assinaturas, era pedido o afastamento do gestor estadual por 180 dias. A Comissão de Constituição e Justiça da casa legislativa estadual emitiu parecer desfavorável ao afastamento do titular do executivo amapaense.

Em seguida, ainda em 2012, um professor da rede pública da capital protocolou outro pedido de afastamento de Camilo Capiberibe, com a alegação de que o Estado não estava repassando o IPVA, ICMS e ISS à Prefeitura de Macapá (PMM). Com tal retenção de impostos, a administração municipal estava tendo prejuízos irreversíveis, segundo o teor da denúncia.

A Assembleia Legislativa estadual elege uma Comissão Especial, composta de cinco deputados, para que pudesse emitir um parecer sobre o caso. Ao final de suas atividades, a Comissão firmou entendimento que não havia necessidade de iniciar um processo de afastamento do governador Camilo.

Em análise sobre o seu governo, Camilo Capiberibe afirma que surgiram novas demandas, onde o atendimento pedia uma outra qualidade e a sociedade clamava por um desenvolvimento real de reconhecimento de direitos, e que tinha que exigí-los.

Inicialmente o governo mergulhou no saneamento das contas públicas, em uma arquitetura administrativa que tinha como meta fazer o Estado do Amapá sair da inadimplência, tornando-se confiável e com capacidade de receber créditos, efetivando com probidade e transparência os projetos aos quais tinha se habilitado.

Cumprindo tal etapa, o governo de Camilo avança para o terreno da execução, criando um cenário de canteiro

COM DOIS ANOS DE GOVERNO, O PSB DO AMAPÁ DIVULGOU UM CONJUNTO DE 40 OBRAS E AÇÕES DO GOVERNO CAMILO CAPIBERIBE QUE JÁ ESTAVAM CONCLUÍDAS, COM O VALOR DOS INVESTIMENTOS, COMPARADOS AOS DO GOVERNO ANTERIOR. EM APENAS DOIS ANOS CAMILO INVESTIU R\$ 636 MILHÕES EM OBRAS E AÇÕES PARA O AMAPÁ CRESCER, SENDO QUE O GOVERNO ANTERIOR, EM OITO ANOS, INVESTIU APENAS R\$ 518 MILHÕES

de obras por todo o Amapá, fazendo com que o Estado apresentasse números positivos em termos de economia, especificamente na geração de empregos, vendas no comércio, ampliação de atividades no setor de serviços, entrega de inúmeros projetos de reformas e novas construções.

Com dois anos de governo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Amapá divulgou um conjunto de 40 obras e ações do governo Camilo Capiberibe que já estavam concluídas. O PSB divulgou também o valor dos investimentos no governo de Camilo, comparados aos do governo anterior. Em apenas dois anos Camilo investiu R\$ 636 milhões em obras e ações para o Amapá crescer, sendo que o governo anterior, em oito anos, investiu apenas R\$ 518 milhões.

A lista apresenta 17 escolas concluídas no governo Camilo Capiberibe, projetos que foram reativados, tais como: Projeto das Parteiras Tradicionais do Amapá; Visão para Todos, que já realizou 1800 cirurgias; a criação e implantação do Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) e o aumento do número de leitos na rede hospitalar.

Conforme o governador Camilo Capiberibe, “esse é o trabalho que nós concluímos até agora, mas há muito mais em fase de conclusão, temos grandes obras como o Macapaba, o estádio do Zerão, a Norte Sul, a ampliação da rede de água e o Plano Rodoviário, para citar alguns exemplos. O que não foi

feito em oito anos na gestão passada, nós estamos fazendo em apenas dois anos e meio. Nosso trabalho é reestabelecer os serviços que existiam e foram desmontados em oito anos do governo passado, construir nova infraestrutura para o estado e criar novos serviços”.

Era visível que todo o Estado se encontrava como em um canteiro de obras e envolvido por uma ambientação dinâmica da inserção governamental, conforme se observa pelos 40 exemplos de ações do governo pessebista de Camilo Capiberibe:

- 1 Recuperação da credibilidade do Estado do Amapá junto ao Governo Federal e instituições financeiras, o que possibilitou a tomada de crédito no valor de R 2,8 bilhões junto ao BNDES
- 2 Criação e implantação do Protaf – crédito e incentivo para o homem e a mulher do campo -, beneficiando 2.887 agricultores familiares
- 3 Recuperação da CEA
- 4 Inauguração da Cidade do Samba
- 5 Inauguração da Escola Estadual Augusto dos Anjos
- 6 Inauguração da Escola Estadual Jacinta Carvalho
- 7 Inauguração da Casa do Agricultor em Ferreira Gomes
- 8 Inauguração de 1.200 metros de pavimentação nas ruas do Distrito de Gurupora, no município de Cutias do Araguaí
- 9 Criação e implantação do Projeto Mulheres na Construção, de formação de mulheres para o trabalho na construção civil
- 10 Reativação do programa Visão para Todos
- 11 Criação das UPCs (Unidades de Polícia Comunitária) nos bairros de Novo Horizonte, Macapaba e Pedrinhas, em Macapá, na zona portuária de Santana e no Igarapé Fortaleza
- 12 Reforma e revitalização do Museu Sacaca
- 13 Projeto Peixe Popular
- 14 Reforma e ampliação da Biblioteca Elcy Lacerda

- 15 Inauguração do Super Fácil Beírol
- 16 Ampliação do número de leitos no Estado de 960 leitos em toda a rede hospitalar para 1.120
- 17 Inauguração da obra de universalização do sistema de água tratada para o município de Amapá, o primeiro do Estado a ter 100% de água tratada



- 18 Volta do Portal da Transparência com divulgação online das contas do governo
- 19 Realização do Plano Plurianual Participativo em todos os municípios no ano de 2011
- 20 Retorno aos municípios para avaliar as realizações definidas em 2013 e definir novas ações
- 21 Inauguração da Escola Estadual do Calafate, no município de Calçoene
- 22 Realização da FLAP – Feira do Livro do Amapá
- 23 Inauguração da Escola Indígena Estadual Manuel Primo dos Santos
- 24 Entrega de 7.500 notebooks para professores no projeto Professor Conectado
- 25 Volta da alimentação escolar regionalizada
- 26 Escolas construídas ou reformadas e inauguradas no governo Camilo: EE Daniel de Carvalho – Comunidade de Santo Antônio – Distrito da Pedreira; EE Bento Tolosa – Bailique; EE Antônio Castro Monteiro Zerão/Macapá; EE Juvenal Guimarães Teixeira, Lourenço – Calçoene; Escola Indígena Estadual Aramirã, Wajãpi – Pedra Branca do Amapari; EE Maria Helena Cordeiro – Pedra Branca



do Amapari; Escola Municipal Maria de Nazaré Mineiro – Laranjal do Jari (com contrapartida do Governo do Estado); EE Irandy Pontes – Laranjal do Jari; EE Afonso Arinos – Santana; EE Sônia Henriques Barreto – Laranjal do Jari; EE Sete de Setembro – Serra do Navio; EE Washington Luís Figueiredo – Tartarugalzinho; EE Professora Jacinta Carvalho – Vale Verde/Fazendinha; EE Silvío Elito de Lima Santos – Calçoene; EE Augusto dos Anjos/Laguinho – Macapá; EE do Calafate – Calçoene; Escola Indígena Estadual Manuel Primo dos Santos – Oiapoque; Escola Estadual Creio em Deus – Cutias do Araguaçu

- 27** Inauguração da Avenida Tancredo Neves
- 28** Projeto Lote Legal de regularização fundiária
- 29** Inauguração do Super Fácil – Pedra Branca do Amapari
- 30** Aquisição de um tomógrafo computadorizado
- 31** 32 novos leitos no Hospital Alberto Lima
- 32** 41 novos leitos no Hospital da Mulher
- 33** Mais de R\$ 18 milhões investidos na recuperação das redes de distribuição de energia em Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca, Santana, Serra do Navio e Tartarugalzinho
- 34** Aquisição de 120 veículos para as polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros
- 35** Realizou, em 2012, os maiores concursos já feitos no Estado para saúde (mais de 2 mil novos servidores) e para educação (mais de 2 mil novos servidores), além de efetivar servidores na Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ueap e Afap

- 36** Em 2011, convocou para o serviço público 1.270 novos concursados que tinham feito concursos e não haviam sido chamados
- 37** Pagava em dia o benefício de meio salário mínimo do Renda para Viver Melhor a 19 mil beneficiários, além das parteiras tradicionais e às mulheres vítimas de escarpelamento
- 38** Entrega de 105 aparelhos auditivos a pacientes cadastrados
- 39** Reativação do projeto Parteiras Tradicionais
- 40** Por último, mas não em último, 64 vítimas de escarpelamento foram operadas por 40 cirurgiões plásticos e receberam assistência integral do Governo do Amapá para sua recuperação

O ex-governador, em diversas entrevistas ao final de sua gestão, afirmou que cumpriu 70% de suas promessas de governo, reconhecendo que faltou mais diálogo com a população amapaense. Mesmo com toda a oposição que recebeu desde o primeiro dia de governo até sua saída, Camilo revelou que, se tivesse a chance de recomeçar o mandato, tomaria as mesmas medidas adotadas em sua gestão.

Nos quatro anos de gestão do PSB, tendo à frente um jovem governador, que retomou o estilo de governar nos moldes de como o partido governou por oito anos anteriormente o Estado (1995-2002), colocava-se continuamente o dilema para a decisão do gestor pessebista, conforme as próprias palavras de Camilo Capiberibe: “Poderia ter usado dinheiro para pagar os deputados, para calar a imprensa, os apresentadores de rádio que passam o dia falando mal da minha gestão. Mas se fosse assim, eu não teria construído escolas e hospitais. Fiz o que tinha que ser feito e hoje tenho muita tranquilidade com a minha consciência porque o dinheiro disponível, investi para melhorar a vida do cidadão. Se a população, por alguma razão, não compreendeu, talvez eu não soube explicar o que aconteceu. Agora, saio do governo de forma limpa. Vou aos municípios e vejo obras em andamento. Se passasse quatro anos e não fizesse nada, estaria em uma situação difícil”.

Não obstante, quem por acaso estivesse chegando pela primeira vez em Macapá e sintonizasse nas emissoras locais de rádio

e televisão, captaria uma imagem de um governo paralisado, inoperante, rodeado de críticos ferozes, conferindo de forma retroativa o final do mandato. Mas bastaria ter a capacidade do discernimento para averiguar em um dado apenas, para superar o equívoco apresentado pela mídia local, como exemplo sobre o pagamento do funcionalismo público estadual, haja vista que o Amapá está assentado em sua dinâmica econômica, que gira em torno da folha de pagamento estadual. Encontraria, mesmo com todo o péssimo legado deixado pela administração anterior, que deixou um rombo de milhões aos cofres públicos, um governo realizando o pagamento integral a cada mês do funcionalismo estadual.

Ao longo de 2014, último ano do governo de Camilo Capiberibe, o Amapá vivia uma situação esdrúxula: de um lado, a pauta da mídia local era de denúncias contra o governo estadual e, inúmeras vezes, atacando e desqualificando a própria pessoa do governador. De outro lado, a agenda governamental era de inaugurações quase que diárias de obras acabadas e entregues para funcionarem. Além disso, eram divulgados, regularmente, principalmente pela imprensa fora do Estado ou por instituições do Governo Federal, dados e índices favoráveis em diversas áreas, como o de emprego e renda.

Como exemplo da agenda proativa do governo pessebista, no dia 23 de junho de 2014, foi inaugurado o Conjunto habitacional Macapaba, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff e comitiva do Governo Federal. Localizado na zona norte da capital, na BR-210, recebeu um investimento de R\$ 239 milhões, onde a contrapartida do governo estadual foi de mais de 32 milhões de reais.

O governador Camilo, em nota pública, assim declarava: “Não serão beneficiadas apenas as cerca de 11 mil pessoas que vão morar nos 1.984 apartamentos e 164 casas da primeira etapa. Milhares de trabalhadores já mudaram, para melhor as suas vidas, com os empregos na construção do conjunto. Estive diversas vezes no canteiro de obras. Conversei com os trabalhadores e vi a satisfação estampada nos rostos daqueles que dedicaram suor na construção do Macapaba”.

Um detalhe que não poderia passar despercebido, em coerência com a trajetória de vida da família Capiberibe, o governador Camilo solicitou à Comissão da Verdade do



O Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Agroindústria do Amapá distribuiu dezenas de Casas de Farinha nas comunidades rurais, como a do Salamito

Amapá, que ficasse responsável de levantar a biografia de pessoas que lutaram contra a ditadura militar e que fossem homenageadas com o nome das ruas do conjunto Macapaba. Entre elas, Carlos Marighella e Vladimir Herzog.

A imprensa local não tinha como não noticiar tais inaugurações, do porte do Conjunto Macapaba e do Estádio Olímpico do Zerão, mas não fez questão de repassar para a população amapaense a informação de que o governo do PSB só conseguiu atingir tal patamar porque foi decidido em fazer o chamado “dever de casa” em suas finanças, equilibrando as contas e, principalmente, ficando habilitado a fazer empréstimos, recuperando a credibilidade do Estado do Amapá junto ao Governo Federal e instituições financeiras, o que possibilitou a tomada de crédito no valor de R 2,8 bilhões junto ao BNDES.

A partir do valor emprestado junto ao BNDES, o governador Camilo lançou o Programa de Obras e Ações Sociais do Estado (PROAMAPÁ), que consistiu no investimento de mais de R\$ 300 milhões em ações do governo. O PROAMAPÁ previa a ampliação da infraestrutura de turismo; a pavimentação de vias e estradas; ampliação da rede de distribuição de água e coleta de esgoto; melhoria na rede de distribuição de energia elétrica; construção de casas; investimentos na saúde, educação e segurança pública; dar infraestrutura necessária à chegada da banda larga ao Amapá; fortalecimento da agricultura, por meio do Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (Protaf), entre outros benefícios para o cidadão.



Estádio Olímpico Zerão em obras – equilíbrio nas contas e credibilidade financeira do Amapá implementadas pelo PSB

Assim considerava o então governador Camilo Capiberibe: “Executaremos um pacote de ações que promoverá a geração de emprego e renda e movimentação do comércio. São recursos do governo e do BNDES, mas o dinheiro do empréstimo com a instituição é do Estado, já que nós pagaremos. Estamos visando o desenvolvimento econômico, acompanhado de ações sociais em todas as áreas da nossa gestão”.

A partir de julho de 2014, tudo girava em torno das eleições. Camilo Capiberibe concorria à reeleição. Mas as pesquisas de opinião mostravam números alarmantes de rejeição. O governo, através de seus aparatos de comunicação, não conseguiu desfazer a narrativa construída pela oposição e pelos setores historicamente contrários às propostas socialistas, desde o primeiro dia de governo do PSB, ininterruptamente.

O governador Camilo Capiberibe teve 143.311 votos, o que corresponde a 39,42% do total de votos válidos. Waldez Góes venceu as eleições, com 60,58%, que equivalem a 220.256 votos. A derrota marcou a alternância política no Governo do Estado entre PDT e PSB, que acontece desde 1994. Após a confirmação da derrota para o candidato adversário, o governador do Amapá Camilo Capiberibe (PSB) reconheceu que trabalhou muito, mas de forma discreta e sem contato com a população. Além do que, esperava que no futuro o Amapá não paralisasse

todas as suas ações e obras que estavam sendo executadas, preocupado, sobretudo, com estradas, hospitais e escolas que estavam sendo levantadas.

Assim se encerrava mais um ciclo de gestão do Partido Socialista Brasileiro no Amapá. E mais de um ano depois fora do governo estadual, ainda chegavam notícias de entidades e organismos, trazendo dados que comprovavam, de forma favorável, o modelo de gestão que dá a identidade e a marca socialista de governar. Como exemplo, o que foi divulgado pelo respeitado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que expôs que, durante o período de 2011 a 2014, no qual o Amapá foi governado por Camilo Capiberibe (PSB), o Estado teve a maior taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados brasileiros, chegando em 2014 com um patamar considerado alto, atingindo 0,747, ficando em 12º lugar em todo o Brasil.

ENTRE 2011 E 2014 O AMAPÁ TEVE A MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS (FONTE IPEA)



CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS MARCAS DO PSB NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INCLUSÃO DAS MINORIAS

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA

Maria Cristina do Rosário Almeida começou sua militância política no movimento estudantil. Acreditava que a sociedade precisava participar das decisões políticas, e isso a aproximou dos movimentos sociais, vinculados à igreja e posteriormente ao movimento estudantil. Entretanto, para ela, sua participação mais efetiva começou no Movimento Negro Unificado e, posteriormente, no segmento de mulheres.

Por dentro do movimento passou a refletir criticamente sobre o fato do Movimento Negro Unificado não pautar as lutas específicas da condição de gênero, ou seja, sobre as bandeiras das mulheres negras. Dessa percepção crítica, foi criada, primeiramente, a organização Mãe Menina do Curiaú. Posteriormente, outra organização surgia com o nome de Instituto de Mulheres Negras do Estado do Amapá (IMENA), da qual Cristina Almeida ainda participa.

A atuação social nesses movimentos a levou a acreditar que toda luta por direitos precisava se fortalecer também em um outro nível político. Daí, procurou se identificar com a lutas e bandeiras dos partidos políticos.



Deputada Cristina Almeida teve atuação fundamental para a fundação da Negritude Socialista Brasileira do Amapá

Cristina, após vários contatos com a militância dos partidos do campo democrático, lembra que não restaram dúvidas, naquele momento da sua juventude, que o que se identificava com a sua forma de enxergar as decisões da sociedade num estado democrático de direito era o PSB. Com sua atuação no partido, conseguiu perceber que, atuar em um movimento social sem militância, também, em um partido político, seria como se a luta estivesse pela metade.

Na época, o PSB havia acabado de ser criado no Território Federal do Amapá e se destacava bastante a forma de gestão do prefeito, João Alberto Capiberibe, que dividia a responsabilidade da gestão pública da capital com a população. Era possível dialogar diretamente com o prefeito. Entre tantas outras marcas, a que mais se identifica com as gestões do PSB é a descentralização do poder. Descentralizar o poder é garantir que a sociedade participe politicamente das decisões, ressaltava Cristina.

A descentralização do poder cumpre um papel decisivo no empoderamento do cidadão e da cidadã e no fortalecimento de suas identidades. Isto significa que essa descentralização não só divide o poder entre muitos, mas possibilita também a participação da sociedade quando se valoriza a identidade de cada pessoa.

Nesse aspecto da identidade, o PSB traz a marca da valorização, ou seja, do reconhecimento e fortalecimento dos saberes tradicionais, dos meios de sobrevivência dos grupos e segmentos locais, da valorização da relação mais harmoniosa e inteligente entre o ser humano e a natureza, da proteção ambiental. Por tudo isso, não resta dúvida de que se trata de uma marca muito forte do PSB.

Como resultado dessa atitude política do PSB, tanto nas gestões públicas quanto nos movimentos sociais de que participa, a população local passou a se enxergar com autoestima elevada, ao ser valorizada e ao valorizar-se ainda mais. Esse processo reflete-se tanto na descoberta de que tem poder de intervir nas políticas públicas e não mais só esperar por elas, como também nos aspectos mais comuns do seu dia a dia, nas suas tradições e hábitos peculiares, como enfatiza Cristina Almeida, de valorizar o fato de se gostar do tamuatá, de

não ter vergonha de dizer que se toma açaí e que se dança o marabaixo.

Dentre muitas outras ações, destaca-se o Encontro dos Tambores (o primeiro realizado em 1996), que reúne anualmente na Semana da Consciência Negra, no mês de novembro, todas as comunidades negras do Estado em torno das manifestações da música e da dança dos afrodescendentes. Inicialmente, o Encontro acontecia na comunidade quilombola do Curiaú e, posteriormente, na União dos Negros do Amapá (UNA), construída em 05 de setembro de 1998. Tanto o Encontro dos Tambores quanto a construção da UNA ocorreram no mandato do Governo do PSB.

O Movimento Social se fortalece com outra grande marca do partido, conhecida como Lei da Transparência ou Lei Capiberibe (aprovada em 2009, de autoria do senador João Alberto Rodrigues Capiberibe, que obriga a divulgação de gastos realizados nos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Nas palavras de Cristina, “É poder compartilhar as informações sobre os recursos públicos, pois todos contribuímos a partir de encargos e impostos, todavia, essa contribuição precisa ser transformada em benefício para a sociedade. Essa transparência permite acompanhar os gastos públicos, saber se estão sendo corretamente aplicados é uma marca do PSB e uma referência nacional”.



Marabaixo - valorização, reconhecimento e fortalecimento dos saberes tradicionais, dos meios de sobrevivência dos grupos e segmentos locais, da valorização da relação mais harmoniosa e inteligente entre o ser humano e a natureza, da proteção ambiental, da arte e da cultura, marcas fortes do PSB

GOVERNO PARA TODOS

Outra valiosa contribuição do PSB no Amapá está relacionada com a implementação de políticas públicas para aquelas populações que, até então, não tinham esse direito, como no caso dos municípios do interior do Estado do Amapá. Essas comunidades mais distantes não tinham vias de acesso que melhorassem o escoamento de suas produções e de acesso a outras localidades. A abertura de ramais e a pavimentação de estradas, a eletrificação rural (não havia energia elétrica em boa parte da zona rural que pudesse potencializar o desenvolvimento comunitário), a construção de escolas, investimento na agricultura, em especial na agricultura familiar, em casas de farinha, nas fábricas de gelo, fortalecendo o setor pesqueiro do estado, são marcas inquestionáveis do PSB.

A ABERTURA DE RAMAIS E A PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS, A ELETRIFICAÇÃO RURAL (NÃO HAVIA ENERGIA ELÉTRICA QUE PUDESSE POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO), A CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS, INVESTIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR, EM CASAS DE FARINHA, NAS FÁBRICAS DE GELO E O FORTALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO SÃO MARCAS INQUESTIONÁVEIS DO PSB

A gestão do PSB parte da máxima de que, a partir do fortalecimento do setor educacional, pode-se conseguir mudar a realidade e o grau de desenvolvimento do Estado. A gestão do PSB começou a construir escolas do ensino médio em todo o Estado, evitando que jovens tivessem que ir à capital ou, pior, que desistissem da escola. A merenda regionalizada foi proposta pela gestão do partido frente ao Governo do Estado. Adotou a estratégia na qual os caixas escolares compravam os insumos da merenda dentro do próprio bairro e dentro do próprio município. Dessa forma, foi possível visualizar a descentralização no investimento da agricultura familiar.

O empoderamento das comunidades ribeirinhas, que antes sempre foram negligenciadas nas suas pautas

de necessidades, pela condição de estarem distanciadas do centro político do Estado, ocorreu a partir das diretrizes do PDSA que rompeu com essa condição periférica vivida por elas.

Paulo Rocha, um militante das questões que envolvem os



O empoderamento das comunidades ribeirinhas – antes negligenciadas – ocorre a partir de diretrizes do PSB que rompem com a condição periférica vivida por elas

interesses das comunidades ribeirinhas do arquipélago do Bailique, afirma que com o PDSA houve uma aproximação do governo com a sociedade, quebrando a realidade anterior de distanciamento. Uma das grandes bandeiras do PSB foi a descentralização dos recursos públicos. Houve um chamamento da sociedade para governar junto ao governo. E por conta disso, percebeu-se uma melhor gestão dos recursos públicos. A população do Bailique, segundo Paulo, foi uma grande parceira do governo do PSB na execução de políticas na área da educação e na área de projetos de desenvolvimento orientados por critérios de sustentabilidade. E, enfatizando, diz que quem governa precisa ter zelo com o meio ambiente, com as pessoas e com a sustentabilidade. Nesse sentido, o PDSA investiu maciçamente na educação, criando um programa de Educação Ambiental, dentro do próprio governo. A Secretaria de Educação tinha um departamento que cuidava das questões ambientais, e isso foi um diferencial.

Tantas outras políticas públicas foram descentralizadas e oportunizaram o exercício cidadão aos que eram periféricos nas gestões anteriores. É importante destacar as po-

líticas que beneficiaram os menos favorecidos, a exemplo, o programa Visão para Todos, que mobilizou e beneficiou muitas pessoas no Estado como um todo, assim como o programa que atendia as pessoas com diabetes, além de muitos outros programas. Essas pessoas eram consideradas excluídas das políticas de governo, mas o PSB as integrou às preocupações da gestão, independentemente do município ou da comunidade em que elas se encontravam.

FORMAÇÃO DOS MILITANTES POLÍTICOS E SOCIAIS

Os Núcleos de Base do PSB no Amapá representam a convicção de que um papel fundamental de um partido, enquanto organismo sociopolítico vivo, está na educação política de seus filiados. Essa educação perpassa necessariamente pela vivência orgânica no dia a dia partidário. Em 2002, a Executiva Nacional do partido deliberou por uma política de formação de núcleos de base do PSB em todo o território nacional. A partir daí, houve um movimento de formação desses núcleos. Projetos foram formulados objetivando a instalação desses núcleos por bairros e por categorias. Paulo Alfaia foi o coordenador do primeiro núcleo de base do PSB no Amapá, um militante que, nesse período, estava ligado à chamada Comunidade Eclesial de Base (CEB) nos bairros Zerão e Universidade. Essas comunidades tinham um consenso de formação de um grupo político. João Alberto Rodrigues Capiberibe e Janete Maria Góes Capiberibe foram convidados a ajudar na formação política de todos os integrantes daquele grupo. E assim, ocorreu o primeiro curso de Formação Política do PSB, durante três dias, voltado à militância dos núcleos de bairro. Surgiu, assim, o primeiro Núcleo de Base do PSB no Estado.

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

“Descentralização, Transparência e Participação”, na síntese feita por Ruy Smith, compõem as marcas mais eloquentes das gestões do PSB no Amapá. João Alberto Rodrigues Capiberibe começou em 1988, o que oportunizou um delimitador de águas, afinal era um *modus operandi* diferenciado na política local.

Essa postura com a gestão política dos recursos públicos atraiu segmentos importantes da população, em especial a juventude, lembra Ruy Smith. Conceitos que ainda continuavam estranhos a boa parte da classe política foram fundamentais no apoio que levou novamente o PSB a uma gestão executiva, agora no Governo do Estado em 1994. Assim, umas das principais razões pelas quais o PSB tem uma importância na história política do Amapá, nos últimos 30 anos, é por conta de suas propostas que contemplam toda a população amapaense.

Ruy Smith recorda que o conceito de desenvolvimento sustentável foi fundamental na definição estratégica de políticas públicas nos governos do PSB. O PDSA propiciou ao Estado do Amapá uma posição muito melhor no cenário amazônico e nacional, afinal, era a primeira experiência desses conceitos numa gestão de governo.

Entre inúmeras realizações, Ruy Smith destaca algumas, quando estava à frente do então Departamento de Estrada e Rodagem, a partir de 1995: a retomada das obras de pavimentação da BR 156 até o município de Tartarugalzinho; a construção dos terminais rodoviários de Macapá, Santana, Tartarugalzinho e Laranjal do Jari; a pavimentação da Rodovia JK; a restauração da Rodovia Duque de Caxias; a construção da rodovia do Curiaú e do Km 9; a pavimentação dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba, Porto Grande, Laranjal do Jari, entre muitas outras ações.



Formação política para os movimentos populares: o PSB acredita na força de governança de sua militância e a integra à esfera pública

CONSTRUINDO A CIDADANIA

O Movimento Popular Socialista (MPS) é uma ação política do PSB voltada para o fortalecimento de bandeiras de lutas dos movimentos sociais e dos direitos humanos.

Em 2005, a cidade de Macapá foi tomada por núcleos de base que se reuniam com frequência e possuíam uma agenda de luta. Nesse momento, intensificou-se a luta social. Esse contexto foi importante para o enfrentamento de algumas temáticas como a questão da homossexualidade, a defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais. Todos os reclames sociais foram transformados em denúncias para o Ministério Público e hoje geraram ações criminais contra os acusados, recorda Washington Picanço. Para ele, o PSB é um partido que faz política para aquelas pessoas que mais precisam: indígenas, ribeirinhos, mulheres escarpeladas, quilombolas, para as pessoas que estão fora do mercado de trabalho, etc. É um partido inovador do ponto de vista de sua política, pois possui uma marca muito forte que é a da transparência.

Sempre atento aos movimentos populares o PSB vem, historicamente, fomentando a luta social, bem como sempre orienta sua militância a integrar esses movimentos.

É através da luta que se muda a vida, ressalta Washington Picanço. Para ele, a formação política é o caminho da formação das consciências, ou seja, a formação é a fôrma que forma. E o PSB sempre levou formação política para os movimentos populares e, especificamente, também acreditou que esses movimentos podiam ter a força de governar.

Essa formação militante, com educação política na luta concreta dos movimentos e organismos populares, faz com que o PSB, estando ou não no governo, exerça um protagonismo decisivo na política local. O movimento popular governa com o partido quando o PSB está na situação (no governo) e, quando não está, continua organizado e organizando para fazer cobranças de outros governantes. Há uma relação de reciprocidade bastante orgânica entre o PSB e os setores dos movimentos populares no Estado do Amapá.

RESPEITO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E CULTURAS LOCAIS

O governo do PSB foi o único a resgatar e valorizar o ofício das parteiras tradicionais, e isso tem a ver com a essência cultural do povo amazônico, a forma de muitos virem ao mundo conduzidos pelas mãos amorosas e comprometidas das parteiras, ressalta Zé Miguel. Esse cuidado com o que é mais representativo da cultura e da identidade dos amapaenses é uma marca fortemente vinculada aos governos do PSB ao longo das últimas décadas, no Amapá.

O cantor e compositor Zé Miguel destaca que o foco da política pública deve estar voltado para o coletivo – para todos. As políticas devem ser orientadas para todos os setores. Ao mesmo tempo em que se pensa política pública para área urbana, pensa-se também para a área rural. Esse é um olhar geral do PSB para garantir que as políticas públicas cheguem a todos e todas.

O PSB sempre teve uma preocupação com a preservação e fortalecimento da identidade de um povo. O viés artístico traduz essa identidade. As gestões do PSB possuem um olhar sobre a diversidade cultural com foco no fortalecimento da identidade cultural. Como exemplo emblemático, tem-se o Museu Sacaca. Um referencial a céu aberto da identidade cultural do povo do Amapá, no qual é possível visualizar os costumes indígenas, ribeirinhos, com o dia a dia das comunidades tradicionais. Há uma representação da biodiversidade e da sociodiversidade amapaense, concentrada em uma área de beleza cênica surpreendente.

Houve uma valorização das parteiras tradicionais, dos povos indígenas – cultura indígena, como exemplo tem-se no Oiapoque o Museu Kuahí – um referencial da cultura dos povos indígenas do Amapá. O sambódromo foi outro elemento construído pela gestão do PSB, cujo objetivo era valorizar a cultura popular. Sendo ele também uma escola de arte popular, entre outras ações lembradas por Zé Miguel.



Museu Sacaca - referencial a céu aberto da identidade cultural do povo do Amapá no qual é possível visualizar os costumes indígenas e ribeirinhos, além da biodiversidade e da socio-diversidade amapaense

Durante a gestão de João Alberto Rodrigues Capiberibe, a música amapaense atravessou fronteiras, chegando até a Europa com Zé Miguel, Quarteto Senzalas e um grupo tradicional representando as manifestações tradicionais amapaenses. Foi lançado um CD na Alemanha a partir do projeto Piracema – projeto que pesquisa a música do Amapá. Esse período foi um divisor de águas, antes e depois do Quarteto Senzalas, com a contribuição de outros grupos e artistas locais.

O Encontro dos Tambores é um projeto que reúne as comunidades tradicionais, mostrando seu fazer artístico, sua potencialidade e sua identidade. A construção do Centro de Cultura Negra do Amapá é um referencial de uma comunidade que se considera 70% afrodescendente.

A partir da gestão do PSB, em 1995, houve uma melhora significativa em investimentos na cultura do Amapá. Antes da gestão, o investimento em cultura era de apenas 0,27% e, durante a gestão do PSB, foi feito um levantamento e viu-se que esses investimentos em cultura chegaram a 0,67%. Portanto, um diferencial importante em relação à gestão anterior, destaca Zé Miguel.

Na gestão de Camilo Capiberibe (2011-2014) frente ao Governo do Estado, foi valorizada a política dos editais, garantindo a todos os cidadãos e cidadãs o acesso aos recursos públicos por meio de editais para a contratação de artistas para eventos que ocorriam no Estado, como a Expofeira, por exemplo.

JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA

A Juventude Socialista Brasileira (JSB) atua nos movimentos sociais, estando presente no fortalecimento das bandeiras de luta da juventude, nas organizações de agremiações estudantis e também na reorganização e reestruturação do partido em relação às pautas políticas dos Núcleos de Base. A JSB traça uma linha em cada núcleo estabelecendo um Núcleo de Juventude, buscando novas lideranças nos bairros e fortalecendo ações nas escolas. Esse processo visa aproximar os jovens, chamar novas lideranças para a juventude e, assim, formar novos quadros de lideranças.

A JSB passou a ter essa atividade como uma de suas principais estratégias, formulando novos projetos e levando a parte cultural para os bairros por meio do projeto Atitude na Praça. Com um trio elétrico, circulava-se nos bairros mapeando os artistas jovens que existiam naquela comunidade, assim como artesãos jovens, buscando, dessa forma, novas lideranças para se juntarem ao movimento da juventude do PSB, como lembra Waldemir Gouveia Rodrigues Júnior, mais conhecido como Bola Jr.

O Hip-Hop ampliou o movimento da juventude do partido. Grupos de jovens vinculados a esse movimento cultural nos bairros dos municípios de Macapá, Laranjal do Jari e Santana. Essa frente política estava mais próxima dos movimentos culturais (quadra junina, grupos de dança). Ao mesmo tempo, a JSB também estava se empoderando com outras questões políticas, dialogando com outros segmentos da juventude.

Waldemir Gouveia Rodrigues Júnior recorda um momento bastante difícil vivido pela JSB. Foi uma época de muita dor quando usurparam os mandatos de senador de João Alberto Rodrigues Capiberibe e da deputada federal Janete Maria Góes Capiberibe, dois políticos com bela história de compromissos e lutas sociais, mas que mesmo assim, de repente, seus mandatos foram tirados.

A perda dos mandatos causou indignação não somente para o PSB, mas para todos os cidadãos e cidadãs amapa-

enses comprometidos com as referências políticas que esses mandatos representavam. Foi justamente num período de fortalecimento dos movimentos a partir de um diálogo muito aberto com as lideranças e segmentos da sociedade sobre as definições das emendas partidárias. Os mandatos ecoavam as pautas dos movimentos do partido, dentro da JSB, nos Núcleos de Base, das Mulheres Socialistas, do Movimento Sindical, de organizações populares.

Naquele momento, quem se mostrou mais forte foram as lideranças, que seguraram o “tranco” e perceberam que o PSB tinha sentido e aquilo tudo serviu para fortalecer não só o partido, mas os segmentos. Conseguiu se fortalecer e buscar outras alternativas e, mesmo sem os mandatos, continuaram as lutas nos Núcleos de Base, na juventude com presença nas escolas, participando das manifestações sociais, destaca Waldemir Gouveia Rodrigues Júnior.

MULHERES SOCIALISTAS

As lideranças das mulheres filiadas ao PSB nos vários Estados deram início às suas organizações setoriais. Com bandeiras de igualdade entre gêneros e por uma sociedade mais justa lutavam pelo fim da discriminação e da violência contra a mulher. Assim se firmavam as bandeiras de luta das mulheres socialistas.

No Amapá, uma figura decisiva nessa caminhada foi, e continua sendo, Janete Capiberibe, militante feminista desde sua juventude. Destacou-se com ações e políticas públicas, tanto na condição de parlamentar (vereadora-1988, deputada estadual-1991, 1995 e 1999 e federal-2003, 2007 e 2011) quanto em funções do executivo como primeira-dama e na condição de secretária da Indústria, Comércio, Mineração e Ecoturismo do Governo do Estado do Amapá, em 2000.

Em 1999, durante a realização do VII Congresso Estadual do PSB, concretizou-se a organização das mulheres no PSB do Amapá, acompanhando assim, a organização das mulheres na Executiva Nacional do partido.

Janete foi escolhida como primeira Secretária Estadual de

Mulheres no PSB. A ideia de transformar o PSB em um partido comprometido com a luta feminista impulsionou avanços significativos na construção de políticas públicas e na ocupação em espaços de poder, pelo fim da violência contra a mulher, atenção e cuidado com a saúde, a igualdade de gênero no trabalho e o reconhecimento da importância do papel da mulher na sociedade, como destaca Ely Almeida, também liderança do segmento.

Para Ely, pensar em um desenvolvimento sustentável para o Estado do Amapá não foi uma tarefa fácil. Um desses desafios era o de efetivamente inserir as mulheres nesse contexto de construção de políticas públicas. Nessa direção, o governo do PSB definiu em seu programa – o PSDA, que o desenvolvimento para o Amapá, teria que contemplar as aspirações das mulheres, ou seja, a busca pela equidade de gênero, pois reconhecia a importância das mulheres nessa construção de sociedade.

A partir dessa decisão, as mulheres ganharam importância no cenário econômico, social e cultural no Amapá. Vale lembrar o Programa Mulher Cidadã, composto por vários projetos de garantia de direitos, em especial para as mulheres que encontravam-se invisíveis nas políticas públicas, dentre os quais estavam: Parteiros Tradicionais – para as mulheres parteiras da floresta, dos rios, das comunidades rurais e distantes ; Bolsa Família Cidadã – voltado para



Programa Mulher Cidadã e a luta pelos direitos das mulheres: na década passada a cidade de Macapá foi tomada por movimentos de luta calcados na defesa dos direitos humanos de indígenas, ribeirinhos, mulheres e LGBTs

mulheres chefes de família, com benefício de um salário mínimo para manter seus filhos com sucesso na escola; Afrodite – para organização das mulheres profissionais do sexo; Margarida – para as mulheres homossexuais; Nação Mulher – capacitação e geração de trabalho e renda; Mulheres nas Lutas Ambientais – para lideranças das comunidades rurais; Casa Abrigo Fatima Diniz – acolhimento para mulheres vítimas da violência doméstica e familiar; Programa de Rádio Viva Mulher – programa semanal e diário voltado para as mulheres, com temas: saúde, meio ambiente, organização social, mercado de trabalho, direito e justiça, comportamento, sexualidade, educação, amor, moda, beleza, arte, cultura, lazer e turismo. E não tão distante, na gestão do governo de Camilo, entre muitas ações para as mulheres, o programa Mulheres na Construção Civil, preparou a mão de obra feminina para trabalhar no acabamento das obras do Programa Minha Casa Minha Vida e, entre outras obras financiadas pelo governo, o Programa de Mutirão de Cirurgias Plástica para Mulheres e homens vítimas dos acidentes navais com escaldamento nos rios da Amazônia, em parceria com a Associação Brasileira de Cirurgia Plástica, e também as Blitz Educativas para cobertura do eixos de motores parceria com a Marinha Brasileira e a Organização das Mulheres Vítimas do Escaldamento, como destacam Janete Capiberibe e Ely Almeida.

O PERFIL HUMANISTA DO PSB NORTEIA AS AÇÕES VOLTADAS PARA AS MULHERES E OS HOMOSSEXUAIS. TRATA-SE DO ÚNICO PARTIDO BRASILEIRO COM ASSENTO OBRIGATÓRIO EM SUAS EXECUTIVAS (NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS) PARA O SEGMENTO LGBT. NO AMAPÁ, ALÉM DO PROGRAMA MULHER CIDADÃ, COM PROJETOS VOLTADOS PARA A CIDADANIA FEMININA E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO COM CONDIÇÕES IGUAIS ÀS DOS HOMENS, O PSB CONTRIBUIU DE FORMA DETERMINANTE PARA A CRIAÇÃO DO GRUPO DE HOMOSSEXUAIS TILDE DO AMAPÁ (GHATA)

MOVIMENTO LGBT

O PSB é o único partido que possui assento obrigatório nas suas executivas (nacional, estaduais e municipais) do segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e não apenas como setoriais, afirma Edem Ferreira dos Santos, mais conhecido como Edem Jardim, primeiro secretário do Segmento LGBT do Diretório Estadual do PSB no Amapá.

O movimento teve a grande contribuição dos mandatários de cargos ocupados pelo PSB nos legislativos (municipais, estaduais e federal) e nos executivos (municipais e estadual). Inicialmente, o governador João Alberto Capiberibe e a deputada Janete Capiberibe foram importantes na organização da primeira Parada Gay no Estado. Contribuíram também com as organizações do segmento, como no caso da primeira a ser criada formalmente, Grupo de Homossexuais Tildes do Amapá (GHATA).

Com a mediação política dos mandatos do PSB estadual, foi possível a abertura de um diálogo nacional sobre a necessidade de formalização do segmento LGBT no partido, que resultou na estruturação política nas executivas dos diretórios.

No Estado do Amapá, passou inicialmente a se estruturar e atuar politicamente na Capital, depois seguiram na mesma esteira outros municípios, estando em 2017, 12 dos 16 municípios com o segmento formalizado no Estado.

Como destaca Edem, empoderar os militantes LGBT visando o fortalecimento de candidaturas do partido comprometidas com a causas do segmento no legislativo e executivo, tem se constituído em uma das principais estratégias de luta na consecução das pautas políticas da Secretaria Estadual LGBT do PSB do Amapá.



TEXTOS DE APOIO

• TERRITÓRIOS FEDERAIS

Criados pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, os Territórios Federais, tinham como justificativa garantir a proteção e a ocupação de regiões fronteiriças que apresentavam grandes “vazios demográficos”.¹

A criação dos territórios federais foi chamada por Getúlio Vargas de “a nossa marcha para o oeste” e, tinha objetivos bastante claros como o povoamento da Amazônia, pois a Amazônia tinha um vazio demográfico, e por ser uma área vasta de fronteira, necessitava de proteção.²

Assim Vargas (1941, p.270), justificou,

“o escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, como motivo de preocupação para a nação. Daí a ideia de transformar o Brasil em territórios nacionais, sob a direta administração do governo federal (...)”³

• TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Nos últimos anos do “Estado Novo”, mais precisamente em 13 de setembro de 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, sob o discurso da “defesa nacional”, o Território Federal do Amapá surgiu como unidade federativa, com o desmembramento de parte do Estado do Pará.⁴

A política varguista tinha como principal objetivo, não só integrar a terra, mas o homem também,

“pois agora com a “reconstrução nacional”, o caboclo deviria se tornar brasileiro e servir com orgulho a pátria mãe. Esse modelo de identidade nacional foi implantado no Território Federal do Amapá, pelo primeiro governador, Capitão Janary Gentil Nunes, assim nomeado, três meses após da criação do território”.⁵

Na época, o então Território Federal do Amapá possuía três municípios: Macapá, Mazagão e Amapá, sendo o último decretado Capital do Território. Entretanto, o governador, ao chegar em terras amapaenses em 1944, nomeia o município de Macapá como capital do território federal.

• GOVERNO ANNIBAL BARCELOS

Na década de 1970, mais precisamente em 15 de março de 1979, quando João Batista Figueiredo assumiu a Presidência da República, nomeou para governar o Território Federal do Amapá o Comandante da Marinha Aníbal Barcelos. O Comandante Barcelos, como ficou conhecido no Território e, depois, no Estado do Amapá, permaneceu como Governador até 1985, tendo sido eleito governador do atual Estado do Amapá em 1991.

ABERTURA POLÍTICA

A abertura política brasileira foi um processo de desestabilização da estrutura do Regime Militar à época predominante no País. Inicia-se em 1974, com o governo do General Ernesto Geisel, e termina em 1985 com o mandato de João Baptista Figueiredo, ano em que a ditadura militar é extinta.

No ano de 1979, toma posse o presidente ge-

1 RIO DE JANEIRO (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

2 BASTOS, A. de Miranda. **Uma Excursão ao Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. (partes)

3 SILVA, Diovani Furtado da. A criação do território federal do amapá, como uma das políticas de integração da Amazônia. (2014) Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-criacao-do-territorio-federal-do-amapa-como-uma-das-politicas-de-integracao-da-amazonia/128183/> Acesso em: 10 de Maio de 2017 às 03h08

3 VARGAS, Getúlio. **A Nova Política. Ferro, Carvão, Petróleo. Vol. VIII, 10 de novembro a 9 de julho de 1941**. Rio de Janeiro: Livraria JOSÉ OLYMPIO Editora. Discurso (partes).

4 SILVA, Maura Leal da. “Integração, nacionalização e povoamento nas margens do Território Nacional. In: AMARAL, Alexandre [ET AL.]. **Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Editora Açaí, 2011, p. 95-113.

5 BASTOS, A. de Miranda. **Uma Excursão ao Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. (partes)

neral João Batista de Oliveira Figueiredo, que daria continuidade ao processo de abertura política, marco do governo de Ernesto Geisel. A economia se encontrava em uma profunda crise que, posteriormente, tornar-se-ia uma crise política, nos comércios, nas fábricas, levando a população a um gradual e silencioso descontentamento. A saída da crise apontava para o início de um processo de liberalização da ditadura militar, denominado de abertura política, feito de forma “lenta, gradual e segura” pelos militares liderados por Geisel.

• ANISTIA

Anistia é uma palavra vem do grego *amnestia* e significa “esquecimento”, mesma origem da palavra *amnésia*⁶.

Anistia pode ser considerada como perdão geral ou um esquecimento, concedido pelo Poder Público, geralmente pelo Legislativo, a condenados e considerados culpados por certos crimes. No Brasil, a anistia tem um caráter complexo, pois representou,⁷

“por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita”, mas, por outro lado, foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.”⁸

• OS EXILADOS POLÍTICOS

Ao longo da ditadura militar, muitos brasileiros saíram do país, fugindo da repressão. Os exilados, em geral, pertenciam

à classe média. Os primeiros exilados buscaram abrigos em países da América Latina, como Chile e Uruguai. Mas, quando perceberam que o regime militar perduraria por muito tempo, os países europeus passaram a ser as escolhas dos exilados.

Viver de malas prontas, aprender novos idiomas; tentar se adaptar ao país de acolhida; fugir de perseguições, quando o país acolhedor presenciava um golpe de Estado; bater nas portas das embaixadas em busca de segurança; passar dias dentro delas até ser deportado; conhecer novas culturas; criar novas redes de sociabilidade; viver angustiado... Tudo é exílio.⁹

O exílio, assim como as prisões e os assassinatos com motivação política, tiveram como principal objetivo afastar os opositores do regime militar. Entretanto, alguns exilados decidiram deixar o Brasil, quando João Goulart do PTB, então presidente da República, foi deposto.¹⁰



João Capiberibe e Miguel Arraes: do exílio político durante a ditadura à construção do Partido Socialista Brasileiro no Amapá e no Brasil

6 Azevedo, Ana Maria Vicentini de. **Quando o passado não passa**. (2012) Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912012000100004 Acesso em: 15 de Maio de 2017 às 10:04

7 SIGNIFICADO DE ANISTIA. Disponível em: <https://www.significados.com.br/anistia/> Acesso em: 14 de Maio de 2017 às 16:09

8 DITADURA MILITAR E DEMOCRACIA NO BRASIL: história, imagem e testemunho/ organização Maria Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. 1. ed. - Rio de Janeiro : Ponteio, 2013, p. 32.

9 SANTOS, Desirree dos Reis. **Memórias de exílios**: um estudo sobre trajetórias de exilados brasileiros durante a ditadura militar. IN: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. O ofício do historiador: ensino e pesquisa (2012)

10 ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



coleção

HISTÓRIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

"Socialismo é o amálgama de ideias, conhecimentos, doutrinas, práticas e comportamentos que organizam a sociedade em termos coletivistas, com distribuição equânime de benesses e conquistas para dar fim às privações, ao sofrimento e à injustiça que acometem pessoas no mundo inteiro.

Em 1946, na primeira Convenção Nacional da Esquerda Democrática - associação que um ano depois assumiria o nome Partido Socialista Brasileiro - assumiu-se o dístico "Socialismo e Liberdade". Nestas décadas, algumas certezas inabaláveis moveram o motor do Partido Socialista Brasileiro.

Abrigar pontos de vista distintos, primar pelo diálogo, a cooperação e a participação popular. Lutar contra todo tipo de discriminação, tirania e exploração. Ser a casa da representatividade, da diversidade e da consciência crítica. Respeitar e preservar os matizes dos saberes populares. Promover conhecimento e tecnologia como fatores de desenvolvimento, com uso racional e sustentável dos recursos naturais. E universalizar o conhecimento, permitindo o acesso democrático a todos brasileiros. Enfim, ser um mosaico onde o brilho individual colabora para a construção de novos capítulos da história.

E conhecer a história é ter bússola e combustível para mudar o mundo. O material que chega agora em suas mãos é exatamente isso. Direção e sentido para as navegações do presente e do futuro. Temos muito a aprender com A História do PSB nos Estados. A ela somamos as nossas histórias e lutas. Um dia elas serão contadas por nossos filhos e netos como o exemplo mais justo e correto a ser seguido."

Renato Casagrande

Fundação João Mangabeira



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60441-41-9



9 788560 441419

